Relatório & Contas 2014

Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, SA



1. Principais Indicadores 4
A. Síntese dos Indicadores Financeiros 4
B. Análise Gráfica dos Principais Indicadores 6
2. Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva 8
3. Principais Referências 8
A. Órgãos Sociais 9
B. Direcção e Rede Comercial 10
C. Accionistas 10
D. Marcos de Actividade 11
4. BAI Cabo Verde no Sistema Financeiro 13
5. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro 14
A. Contexto Internacional 14
B. Contexto Cabo-verdiano 15
6. Síntese da Actividade Bancária 16
7. Banca Electrónica 22
8. Gestão de Riscos Financeiros 25
A. Risco de Crédito 25
B. Risco Operacional 26
C. Risco de Capital 27
D. Risco de Mercado 27
E. Risco de Taxa de Juro 27
F. Risco Cambial 28
G. Risco Liquidez 28
9. Recursos Humanos 29
10. Responsabilidade Social 32
11. Análise Financeira 35
A. Elementos do Balanço 35
B. Elementos da Demonstração de Resultados 38
C. Indicadores 41
12. Aprovação do Conselho de Administração 43
13. Demonstrações Financeiras 44
A. Balanço 44
B. Demonstração de Resultados 45
C. Demonstração de Rendimento Integral 46
D. Demonstração de Alterações no Capital Próprio 47
E. Demonstração dos Fluxos de Caixa 48

14. Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados 49
15. Notas às Demonstrações Financeiras 50
16. Parecer do Auditor Externo 91
17. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 93

1. Principais Indicadores

A. Síntese dos Indicadores Financeiros

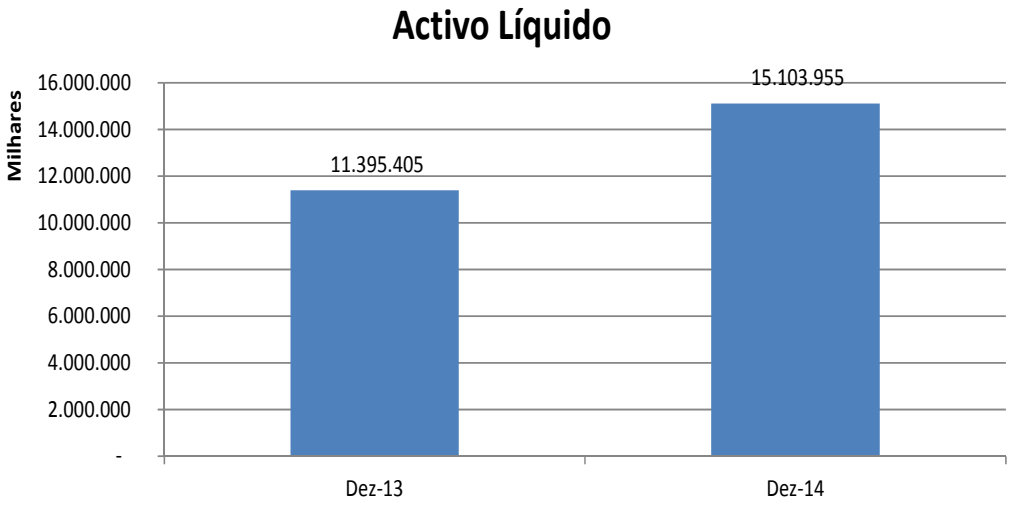
Expresso ECV

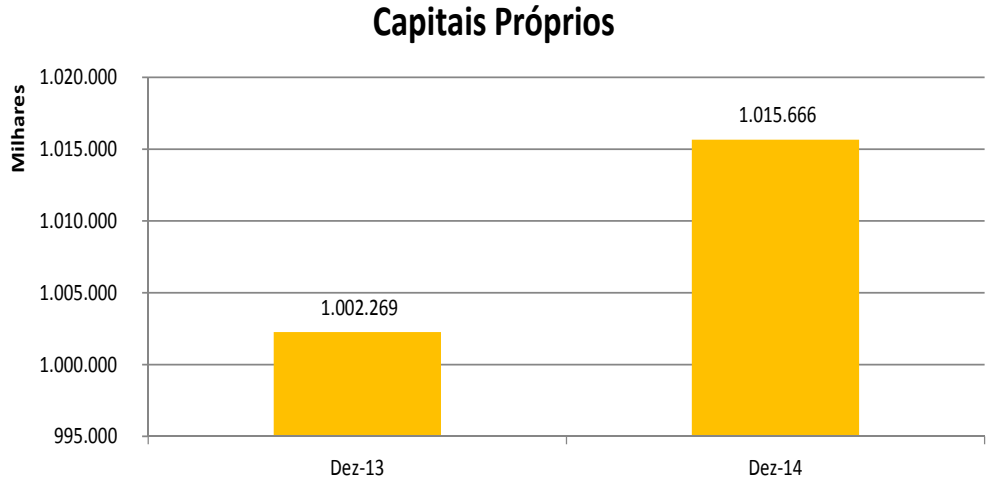
	Dez-14	Dez-13	Variação Homologa (Dez14/Dez13)	
			Abs.	%
Balanço Patrimonial e Extra-patrimonial				
Activo Líquido	15 103 954 563	11 395 405 097	3.708.549.466	32,5%
Créditos s/clientes (líquido)	4 664 374 928	4 868 630 313	-204.255.386	-4,2%
Crédito vincendo	4 359 450 587	4 441 845 136	-82.394.549	-1,9%
Crédito e juros vencidos (*)	531 769 469	695 908 102	-164.138.633	-23,6%
Imparidade	226.845.129	269.122.925	-42.277.796	-15,7%
Garantias e avales prestados	330 567 040	345 144 634	-14.577.594	-4,2%
Créditos documentários abertos	16 521 225	189 330 495	-172.809.270	-91,3%
Crédito total	5 011 463 193	5 403 105 443	-391.642.250	-7,2%
Depósitos Clientes	8 046 724 256	4 285 504 353	3.761.219.902	87,8%
Recursos de OIF	5 711 955 168	5 019 692 268	692.262.900	13,8%
Passivos Subordinados	250.294.886	1.000.659.146	-750.364.260	-75,0%
Capitais próprios	1 015 665 803	1 002 268 899	13.396.904	1,3%
Actividade				
Margem financeira	399.670.590	356.313.883	43.356.707	12,2%
Margem complementar	89.371.795	113.878.745	-24.506.950	-21,5%
Produto Bancário líquido	489.042.385	470.192.628	18.849.757	4,0%
Custos de Estrutura	386.252.528	432.318.750	-46.066.222	-10,7%
Cash Flow	156.166.549	110.714.984	45.451.565	41,1%
Resultado antes de impostos (RAI)	13.396.904	-120.702.584	134.099.488	111,1%
Imposto Diferido Activo (IDA)	0	-18.538.519	18.538.519	100,0%
Resultados Líquidos do Exercício	13.396.904	-139.241.103	152.638.007	109,6%
Acções				
Nº de acções	2.330.795	2.330.795	0	0,0%
Funcionamento				
Número de empregados	71	72	-1	-1,4%
Número Balcões	5	5	0	0,0%
Número de clientes	11.393	9.427	1.966	20,9%
Produtividade/Eficiência				
Cost to income ratio	79,0%	91,9%	-13,0%	-14,1%
Número de clientes por empregado	160	131	30	22,6%
Activo Líquido / Número de empregados	212.731.754	158.269.515	54.462.239	34,4%
Custos de Estrutura / Activo Líquido	2,6%	3,8%	-1,2%	-32,6%
Rentabilidade				
Lucro líquido por acção (EPS)	5,7	-59,7	65	109,6%
Taxa de Transformação 1 (Crédito/Depósitos)	58,0%	113,6%	-55,6%	-49,0%
Taxa de Transformação 1 (Crédito/Depósitos) (exclui os créditos titulados)	52,5%	98,8%	-46,3%	-46,9%
Taxa de Transformação 2 (Crédito/ (Depósitos +Recursos OIF +Passivo Subordinado))	33,3%	47,2%	-13,9%	-29,5%
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROAE)	1,32%	-13,9%	15,2%	109,5%
Rendibilidade do activo médio (ROAA)	0,09%	-1,2%	1,3%	107,3%
Gestão de Fundos				
Depósito Total / Activo	53,3%	37,6%	15,7%	41,7%
Total Crédito / Total Depósitos (Incluí Crédito por assinatura)	62,3%	126,1%	-63,8%	-50,6%
Concentração Depósitos = 20 > Depositantes / Total de Depósitos	72,1%	59,7%	12,4%	20,8%
Qualidade dos Activos				
Crédito vencido (*) / Crédito Total (sem créditos titulados)	11,9%	15,4%	-3,5%	-22,7%
Crédito Vencido a + 90 dias (Circular nº150) /Crédito Total	10,5%	10,6%	-0,1%	-1,1%
Crédito vencido / Activo Total	3,5%	6,1%	-2,6%	-42,3%
Imparidade / Total Crédito	4,6%	5,2%	-0,6%	-11,5%
Imparidade / Crédito e juros vencidos	42,7%	38,7%	4,0%	10,3%
Total Crédito / Total Activo	30,9%	42,7%	-11,8%	-27,7%
Concentração Devedores = 20 > Devedores / Total de Crédito	66,3%	66,1%	0,2%	0,2%
Adequação do capital				
Imobilizações / Fundos próprios regulamentares	22,9%	19,3%	3,6%	18,7%

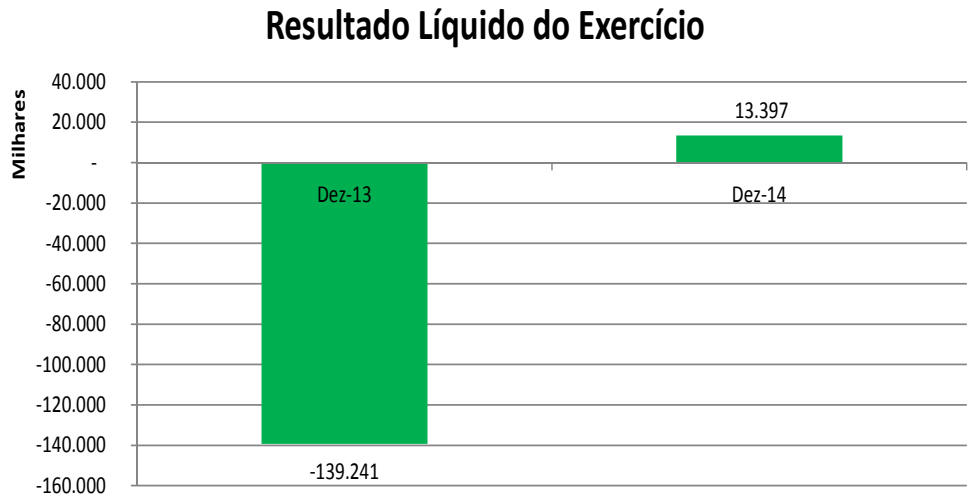
Solvabilidade Bruta (Cap. Próprios/Activo)	6,7%	8,8%	-2,1%	-23,5%
Endividamento (Passivo/Cap. Próprios)	1387,1%	1037,0%	350,1%	33,8%
Fundos próprios de base / Activo Ponderado pelo Risco	14,1%	14,8%	-0,8%	-5,1%
Fundos próprios regulamentares / Activo ponderado pelo risco	17,1%	21,9%	-4,9%	-22,2%
Total Passivo / Fundos próprios regulamentares	1200,7%	701,2%	499,4%	71,2%
Fundos próprios de base / Total Activo	6,4%	8,8%	-2,4%	-27,1%
(Crédito Vencido - Provisões) / Fundos próprios regulamentares	64,7%	65,1%	-0,5%	-0,7%
Prudenciais				
Fundos Próprios Regulamentares	1.173.379.670	1.482.092.734	-308.713.065	-20,8%
Solvabilidade (BCV)	17,05%	21,91%	-4,9%	-22,2%
Cobertura Imobilizado	494,8%	511,0%	-16,2%	-3,2%
Limite Concentração Risco Crédito-Empresa Grupo	243.564.897	300.665.691	-57.100.794	-19,0%
Limite Concentração Risco Crédito-Empresa Individual	304.456.122	375.832.114	-71.375.992	-19,0%
Limite Concentração Risco Crédito-Grande Risco	121.782.449	150.332.846	-28.550.397	-19,0%
Rácio Títulos Divida Pública/Depósitos Clientes	49,1%	68,3%	-19,2%	-28,2%
Cobertura das Responsabilidades	83,5%	103,7%	-20,2%	-19,5%
Liquidez e Gestão de Fundos				
Liquidez Geral	65,38%	59,53%	5,9%	9,8%
Liquidez Reduzida	36,14%	29,58%	6,6%	22,2%
Liquidez Imediata	21,2%	14,3%	6,9%	48,2%

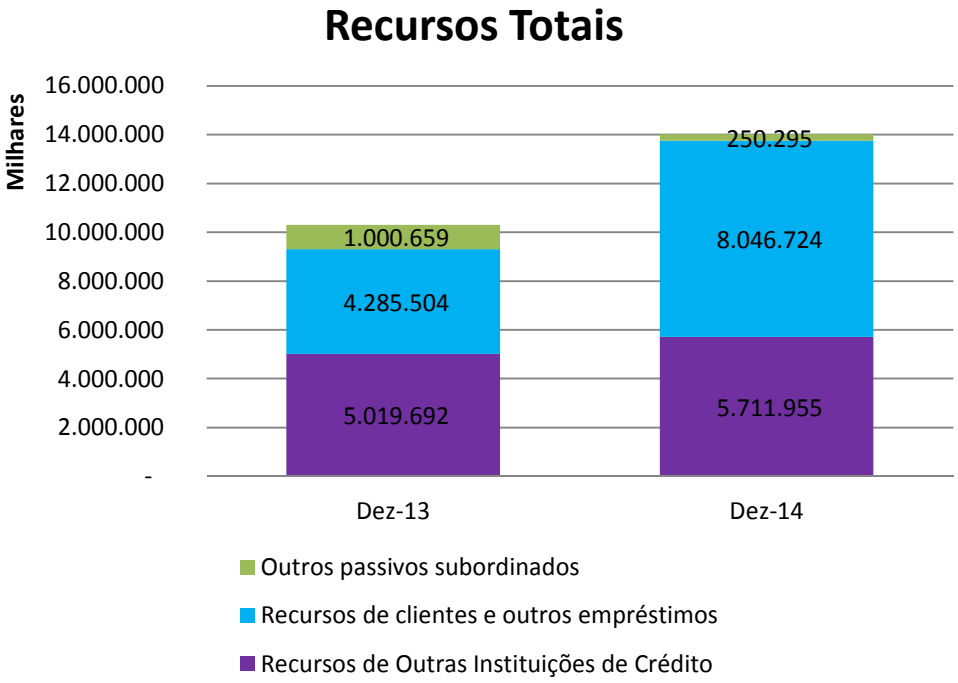
(*) Reclassificação do crédito vencido a partir de 30 dias, a partir de Jun14

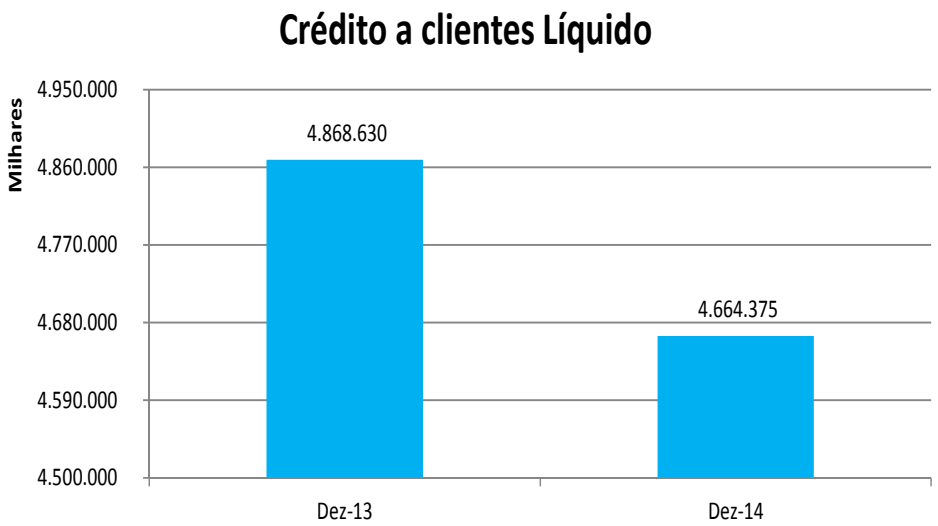
B. Análise Gráfica dos Principais Indicadores








Recursos Totais
Milhares
16.000.000
14.000.000
12.000.000
10.000.000
8.000.000
6.000.000
4.000.000
2.000.000
-
1.000.659
4.285.504
5.019.692
250.295
8.046.724
5.711.955
Dez-13
Dez-14
Outros passivos subordinados
Recursos de clientes e outros empréstimos
Recursos de Outras Instituições de Crédito


Crédito a clientes Líquido
Milhares
4.950.000
4.860.000
4.770.000
4.680.000
4.590.000
4.500.000
4.868.630
4.664.375
Dez-13
Dez-14

2. Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

O conselho de administração completa quatro anos de mandato desde a sua tomada de posse na assembleia-geral ordinária de finais de Maio de 2011, a qual iniciou o segundo ciclo de gestão desde a constituição do banco em finais de 2008, com a entrada em funções de novos órgãos estatutários de governação, administração e fiscalização da sociedade.

A 31 de Dezembro de 2014, os activos líquidos do BAICV atingiram um montante na ordem de 15.103,9 milhões de ECV, registando um acréscimo de 32,5% em relação a 2013. A carteira de depósitos de clientes cresceu no período cerca de 87,8%, atingindo o montante de 8.046 milhões de ECV, enquanto a carteira de crédito líquido reduziu cerca de 4,2%, totalizando os 4.664 milhões de ECV. Os recursos alheios atingiram no exercício o montante de 5.711 milhões de ECV, um crescimento na ordem de 13,8%. O número de clientes passou de 9.427 em 2013 para 11.393 em 2014.

O banco melhorou o seu resultado operacional em cerca de 45 milhões de ECV, não obstante o contexto adverso da economia de Cabo Verde, atingindo os 156 milhões de ECV. Pela primeira vez a instituição registou um resultado líquido do exercício positivo, em torno dos 13 milhões de ECV, representando uma variação positiva de cerca 109,6% face ao ano transacto.

Os indicadores de desempenho evoluíram favoravelmente tendo o rácio de eficiência se situado em 79%, significativamente melhor que o registo de 91,9% em 2013, enquanto o rácio de transformação reduziu para 58%, melhorando o registo de 113,6% em 2013. O rácio de incumprimento do crédito ficou em 10,87%, contra 13,5% em 2013, enquanto a imparidade do crédito atingiu uma cobertura de 4,64%, contra 5,24% do ano anterior. Por último, a solvabilidade ficou em 17,05%.

Senhores accionistas e membros dos órgãos sociais

Para o ano de 2015, espera-se que o banco mantenha as directrizes orientadoras seguidas no ano 2014, visando consolidar e reafirmar a posição da mesma no mercado nacional, permitindo assim um crescimento sustentado não só da instituição como também do grupo BAI.

Por último, queremos agradecer a vossa colaboração bem como das entidades de regulação bancária e de supervisão financeira, o sentido de oportunidade de clientes e parceiros, o empenho e dedicação dos colaboradores, e expressar o compromisso do BAICV de contribuir para o reforço do sector financeiro de Cabo Verde.

Cidade da Praia, 31 de Março de 2015

Luís Filipe Rodrigues Lélis
Presidente do Conselho de Administração

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves
Presidente da Comissão Executiva

3. Principais Referências

A. Órgãos Sociais

Mesa Assembleia Geral

Silvino Manuel da Luz

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Alexandre Augusto Borges Morgado

Secretário

Conselho de Administração

Luís Filipe Rodrigues Lélis

Presidente do Conselho de Administração

Jorge Manuel da Silva e Almeida

Administrador Não Executivo

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

Administrador

Carla Monteiro do Rosário

Administradora

David Luís Dupret Hopffer Almada

Administrador

Comissão Executiva

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

Presidente

Carla Monteiro do Rosário

Administradora Executiva

David Luís Dupret Hopffer Almada

Administrador Executivo

Conselho Fiscal

António Avelino Ramos Oliveira

Presidente do Conselho Fiscal

Margarida de Carvalho

Vogal

Luis Manuel Neves

Vogal

Auditor externo

Deloitte & Associados, SROC, S.A

B. Direcção e Rede Comercial

Direcção Financeira e Contabilidade – DFC	Hercules Cruz Director
Direcção de Organização e Sistemas de Informação – DOS	David Almada Administrador
Direcção de Operações – DOP	Areolino Carvalho Director
Direcção Comercial – DCM	Amilton Fernandes Director
Direcção Administrativa – DAD	Ricardo Maximiano Director
Gabinete de Auditoria e Inspecção – GAI	Paulino Gonçalves Director
Gabinete de Marketing e Comunicação – GMC	Margarida Mascarenhas Directora
Gabinete Planeamento, Controlo e Risco – GPR	Olga Barbosa Directora
Gabinete Jurídico e Compliance – GJC	António Monteiro Director
REDE COMERCIAL	
Agência da Praia (Sede)	Bernardino Fernandes Gerente
Agência do Plateau – Ilha de Santiago – Cidade da Praia	Hulda Amado Gerente
Agência da Achada Santo António – Ilha de Santiago – Cidade da Praia	Moisés Martins Gerente
Agência do Espargos – Ilha do Sal	Eneida Teixeira Gerente
Agência do Mindelo – Ilha de S. Vicente	Isanete Luz Gerente

C. Accionistas

	2013			2014		
Accionista	Parte no Capital	Participação	Nº Acções	Parte no Capital	Participação	Nº Acções
BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS SA	80,43%	1.874.695.000	1.874.695	80,43%	1.874.695.000	1.874.695
SONANGOL CABO VERDE SA	16,30%	380.000.000	380.000	16,30%	380.000.000	380.000
SOGEI - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS SA	3,26%	76.100.000	76.100	3,26%	76.100.000	76.100
TOTAL	100,00%	2.330.795.000	2.330.795	100,00%	2.330.795.000	2.330.795

D. Marcos de Actividade

31/03/2014

- ✓ Mudança da equipa para a Nova Sede e da Nova Agência Sede do BAI Cabo Verde

02/05/2014

- ✓ Inauguração da Nova Sede e da Nova Agência Sede do BAI Cabo Verde

06/05/2014

- ✓ Visita Presidente da Assembleia Nacional da República de Angola

12/05/2014

- ✓ Lançamento da Nova Intranet

30/05/2014

- ✓ Encontro de Quadros

06/06/2014

- ✓ Visita dos filhos dos colaboradores à nova Sede

27/06/2014

- ✓ Visita Presidente da República de Cabo Verde

03/07/2014

- ✓ Visita do Comandante Pedro Pires

04/08/2014

- ✓ Visita Presidente da Câmara Municipal da Praia

08/09/2014

- ✓ Lançamento Serviço Western Union disponível em todas as agências BAICV

13/09/2014

- ✓ BAI Cabo Verde é Homenageado como Parceiro da FICASE no Programa Kit Escolar

18/09/2014

- ✓ Doação Mobiliários Black Panthers

29/10/2014

- ✓ Início da Parceria com o Programa Praça Financeira

12/11/2014 a 29/11/20114

- ✓ Comemoração 6º Aniversário do Banco

21/11/2014

- ✓ Lançamento da Campanha Institucional do 6º Aniversario

17/12/2014

- ✓ Reembolso antecipado de 75% do empréstimo obrigacionista do BAICV

19/12/2014

- ✓ Casual Friday - Utilização de Polos BAI

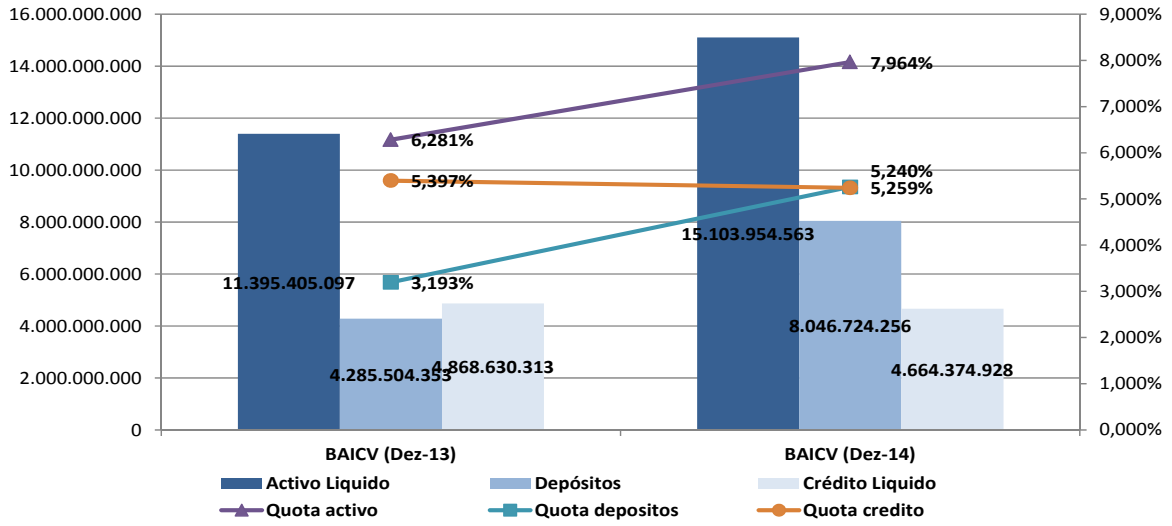
30/12/2014

- ✓ Doação Fogo

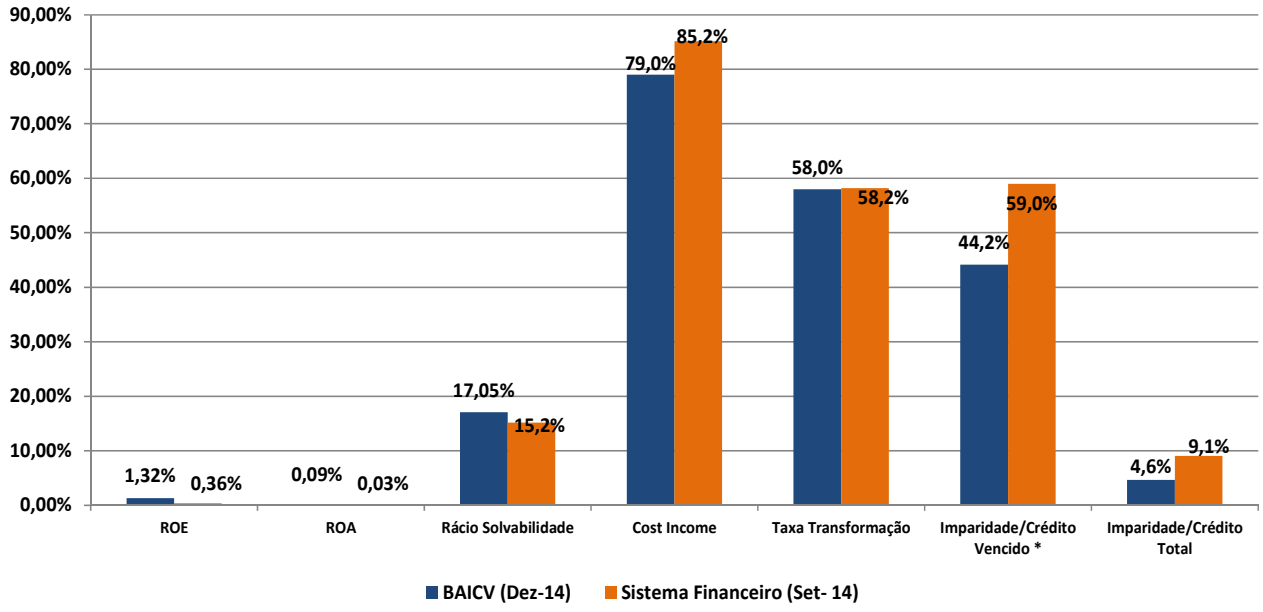
4. BAI Cabo Verde no Sistema Financeiro

Em 2014, o BAICV registou um crescimento significativo da sua actividade, colocando à disposição dos clientes um conjunto de soluções e opções de pagamento eficientes.

Em 2014 o Crédito Líquido e os Depósitos representaram 5,240% e 5,259% do total do Sistema Financeiro (dados de Setembro de 2014) contra 5,397% e 3,193% em 2013, respectivamente.



Em 2014 o BAICV apresenta melhorias a nível de alguns indicadores comparados ao sistema financeiro. É assim que a taxa de transformação alargada (inclui os créditos titulados) ficou nos 58%, o cost to income em 79%, a cobertura do crédito vencido (Circular nº 150) em 44,2%, a cobertura da carteira total em 4,6%, o Rácio de Solvabilidade atingiu os 17,05%, enquanto a rentabilidade dos Capitais Próprios e do Activo atingiu os 1,32% e os 0,09%, respectivamente. De realçar que a taxa de transformação restrita (sem os valores titulados) é de 52,5%.



5. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro

O enquadramento externo da economia cabo-verdiana em 2014 ficou marcado pela contínua recuperação da economia mundial, embora a um ritmo inferior ao antecipado em Abril e geograficamente desigual.

A dinâmica económica global foi suportada essencialmente pelo crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento, paralelamente ao maior dinamismo da economia dos Estados Unidos, Reino Unido e Irlanda, associada ainda à recuperação gradual da actividade económica da zona Euro.

A. Contexto Internacional

De acordo com os dados estatísticos do quarto trimestre de 2014, a economia global manteve a dinâmica de crescimento evidenciada no segundo trimestre, embora a um ritmo menos acelerado, derivado do abrandamento dos sectores dos serviços e da indústria.

A economia Norte-Americana apresentou ao longo do ano um crescimento económico sustentado, derivado essencialmente do dinamismo da procura interna e externa, assim como do investimento privado. Relativamente à economia da zona Euro, registou o maior crescimento dos últimos três anos no segundo trimestre, não obstante os sinais de abrandamento do ritmo de recuperação económica dos sectores da indústria e dos serviços evidenciado nos últimos trimestres do ano.

O desempenho económico mais favorável da zona Euro registado em 2014 foi suportado pela melhoria do sentimento económico, bem como, pela política monetária excepcionalmente acomodatícia, anunciada pelo Banco Central Europeu, com o intuito de estimular o crédito à economia.

No que tange às economias emergentes e em desenvolvimento, continuaram a impulsionar o crescimento económico mundial, apesar do enfraquecimento do desempenho dessas economias, em resultado das tensões geopolíticas na Europa de Leste (entre a Rússia e a Ucrânia), afectando o investimento externo na região.

No mercado das matérias-primas, o preço do barril de brent acentuou o perfil de queda iniciado em Setembro, registando em Novembro uma diminuição homóloga de 24,4 por cento, face ao aumento de 0,2 por cento em igual período do ano passado. Quanto aos preços dos produtos alimentares, manteve a tendência de queda evidenciada desde Setembro, tendo registado uma variação homóloga negativa de 6,4 por cento em Novembro.

B. Contexto Cabo-verdiano

De acordo com as estatísticas do Banco de Cabo Verde, os indicadores de tendência da actividade económica nacional evidenciaram alguma revitalização da procura interna em 2014, não obstante a deterioração da procura externa líquida.

O indicador da formação bruta de capital fixo manteve um acentuado crescimento ao longo dos primeiros onze meses de 2014, determinado pelo aumento expressivo das importações de bens de construção, de equipamentos e de materiais de transporte, induzido pelos investimentos das empresas públicas, financiados sobretudo com recursos externos (empréstimos concessionais e donativos), bem como por um maior dinamismo dos investimentos externos.

Relativamente aos investimentos empresariais e residenciais do sector privado na economia nacional, permaneceram condicionados pelas restrições financeiras internas e externas, especialmente devido à estagnação do crédito à economia.

Quanto ao comportamento da inflação média anual e homóloga, apresentou uma tendência descendente nos últimos seis meses do ano, reflectindo a redução dos preços internacionais de bens alimentares, o aumento contido dos preços do petróleo nos mercados internacionais e a redução da inflação dos principais fornecedores do país, num contexto de alguma revitalização da procura interna, mas de contracção da procura externa.

O ano ficou também marcado pela performance menos favorável das contas externas, explicado em grande parte pelo contínuo aumento do serviço da dívida pública, em linha com a evolução das despesas de investimento do Estado desde 2009, aliado à redução dos donativos aos governos central e local, associado ainda ao crescimento do défice da conta corrente, assim como do abrandamento da procura turística.

O crédito à economia apresentou uma tendência descendente comparativamente ao ano transacto, especialmente dos segmentos classificados como de maior risco de crédito e que têm registado maiores níveis de incumprimento, particularmente do crédito concedido a particulares para consumo e outros fins, bem como do crédito às empresas dos ramos da construção civil e obras públicas.

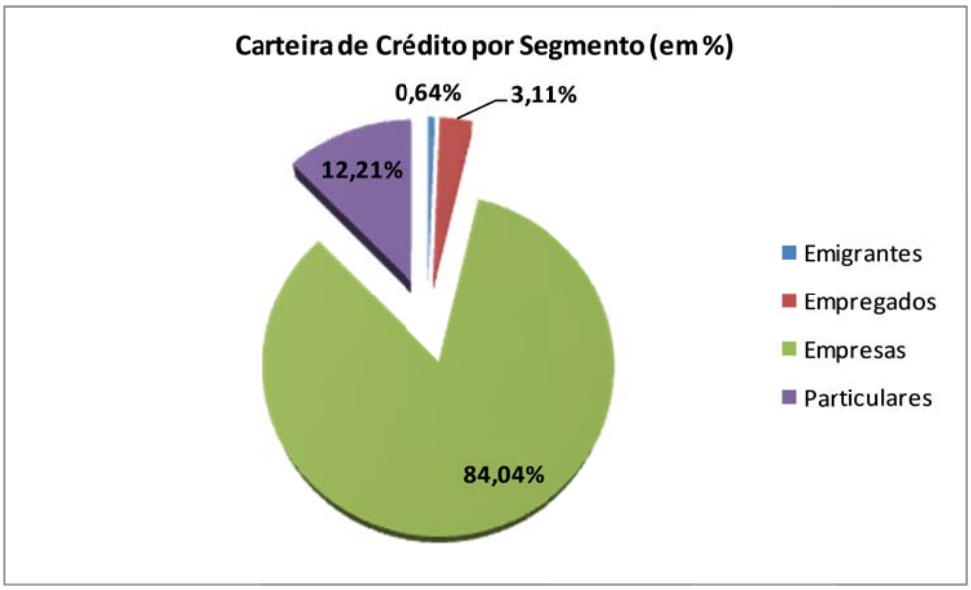
As contas públicas apresentaram uma deterioração da situação orçamental, derivado da redução das receitas fiscais. As receitas de impostos registaram um decréscimo homólogo de 4,9 por cento nos primeiros oito meses do ano, apesar do alargamento das fontes de receita e da implementação de medidas visando o reforço da eficiência e da eficácia tributária, no quadro das reformas fiscais em curso desde 2013.

6. Síntese da Actividade Bancária

Carteira de Crédito

A Carteira de Crédito do Banco atingiu em 2014 os 4.898,8 Milhões de escudos[1], face aos 5.132,7 Milhões de escudos do ano transacto, representando uma redução em torno dos 233,8 Milhões de escudos, derivado da diminuição da Conta Corrente Caucionada em cerca de 237,7 Milhões de ECV, paralelamente à diminuição dos créditos Titulados em torno de 193 Milhões de ECV, resultantes dos processos de Dação em cumprimento ocorridos no ano.

Relativamente à cobertura do Crédito Vencido, o Banco tem constituído cerca de 226 Milhões de escudos de Imparidade de crédito a 31 de Dezembro de 2014 (4,64% da carteira total), representando uma diminuição de 42 Milhões face ao mês homólogo de 2013, cobrindo 42,66% da carteira de crédito vencido.
A análise por segmento demonstra que o segmento Empresas detém cerca de 4.117 Milhões de ECV (84,04%) do total dos créditos atribuídos, seguido dos créditos a Particulares com 598 Milhões de ECV (12,21%) e dos Empregados e Emigrantes com 152 Milhões de ECV (3,11%) e 31 Milhões de ECV (0,64%), respectivamente.



Na carteira de Empresas, o crédito de Médio e Longo Prazo lidera com 2.990 Milhões de escudos (72,63%), seguido dos Créditos titulados com 439 Milhões de escudos (10,68%).

Na carteira de Particulares, o crédito Habitação lidera com 329 Milhões de escudos (55,08%), seguido do crédito Pessoal e Crédito Médio e Longo Prazo com 141 Milhões e 48 Milhões, respectivamente.

[1] Expurgando juros, rendimentos a receber e receitas com rendimento diferido.

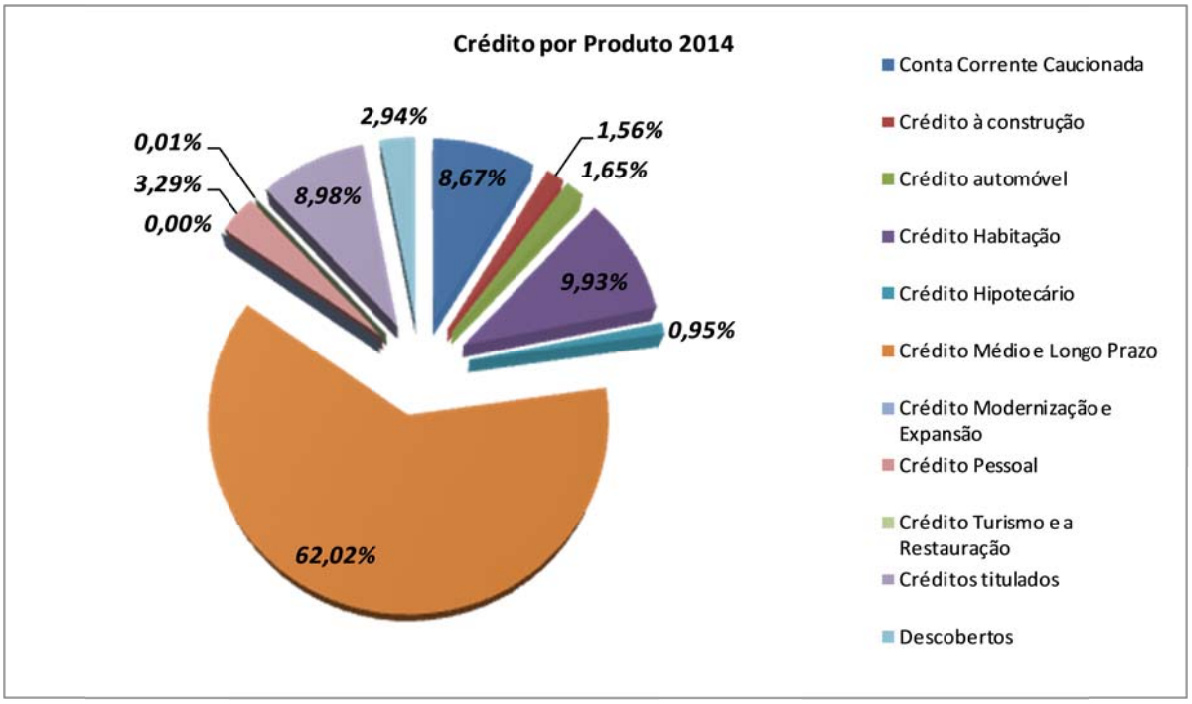
Na carteira de Colaboradores, o crédito Habitação lidera com 132 Milhões, seguido de crédito Pessoal e Automóvel com 15 Milhões e 5 Milhões, respectivamente.

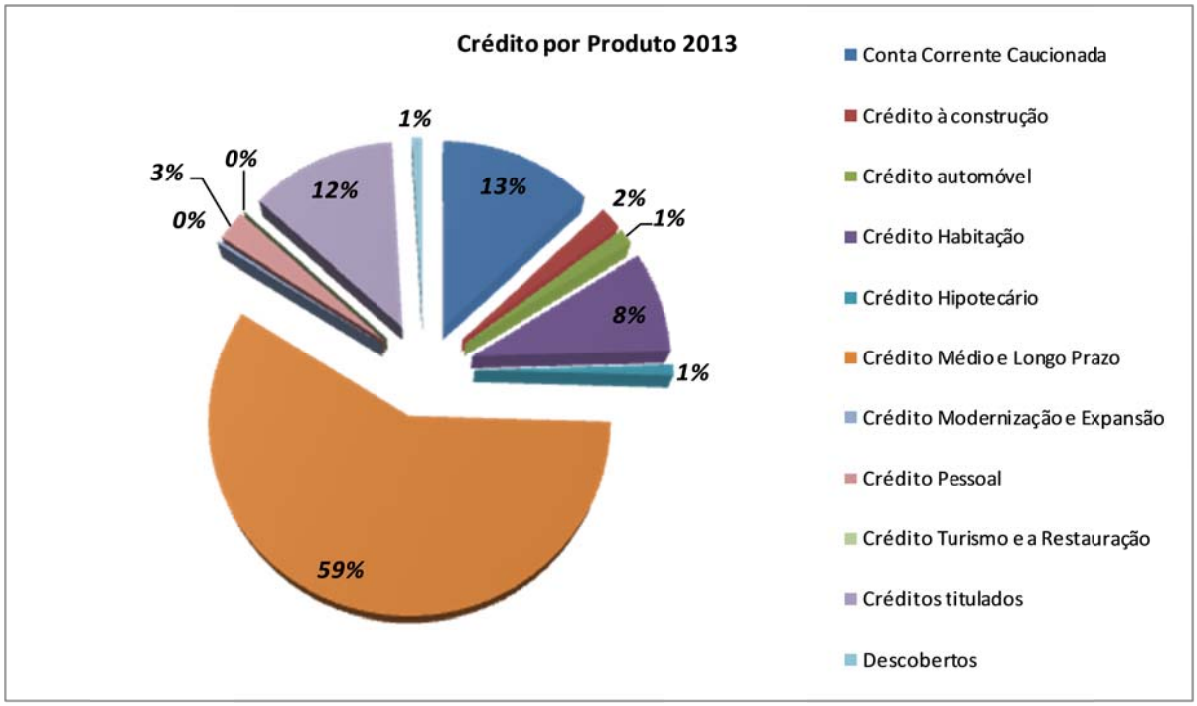
Na carteira Emigrantes o crédito Habitação representa 72,65% da carteira com 22 Milhões de escudos.

Tipo de Crédito	2013	Peso	2014	Peso	Var	
					Abs.	%
Conta Corrente Caucionada	662.458.240	13%	424.899.377	8,67%	-237.558.863	-36%
Crédito à construção	95.813.913	2%	76.350.575	1,56%	-19.463.338	-20%
Crédito automóvel	66.843.559	1%	80.651.647	1,65%	13.808.088	21%
Crédito Habitação	434.542.549	8%	486.456.347	9,93%	51.913.798	12%
Crédito Hipotecário	48.036.061	1%	46.584.336	0,95%	-1.451.725	-3%
Crédito Médio e Longo Prazo	3.003.043.103	59%	3.038.507.870	62,02%	35.464.767	1%
Crédito Modernização e Expansão	12.993.507	0%	0	0,00%	-12.993.507	-100%
Crédito Pessoal	129.812.911	3%	160.994.814	3,29%	31.181.904	24%
Crédito Turismo e a Restauração	420.664	0%	420.664	0,01%	0	0%
Créditos titulados	632.889.067	12%	439.791.478	8,98%	-193.097.589	-31%
Descobertos	45.939.283	1%	144.239.717	2,94%	98.300.435	214%
Total	**5.132.792.856**	**100%**	**4.898.896.825**	**100%**	**-233.896.030,75**	**-5%**

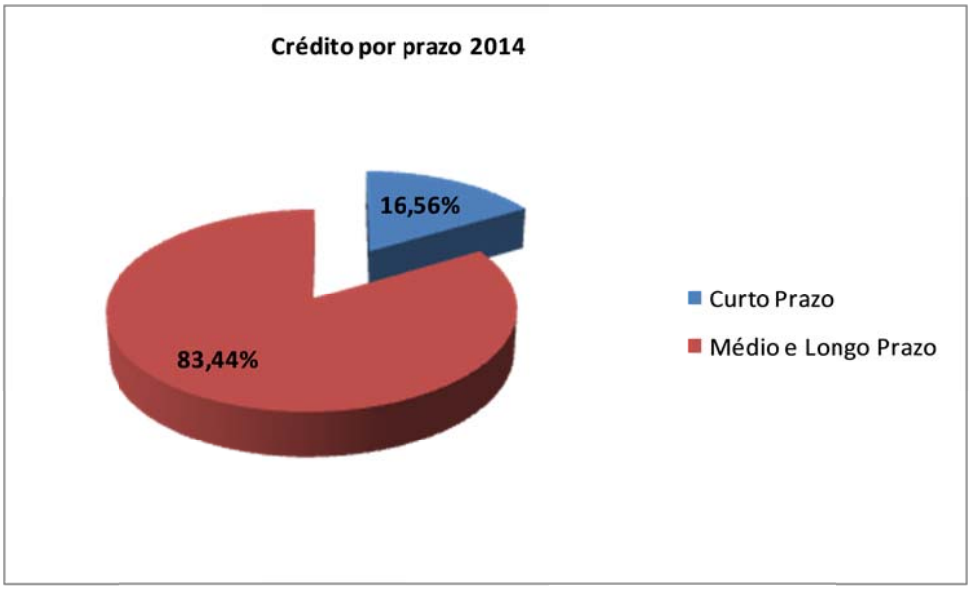
Nota: Os valores acima apresentados não incluem juros, rendimentos a receber e receitas com rendimento diferido.

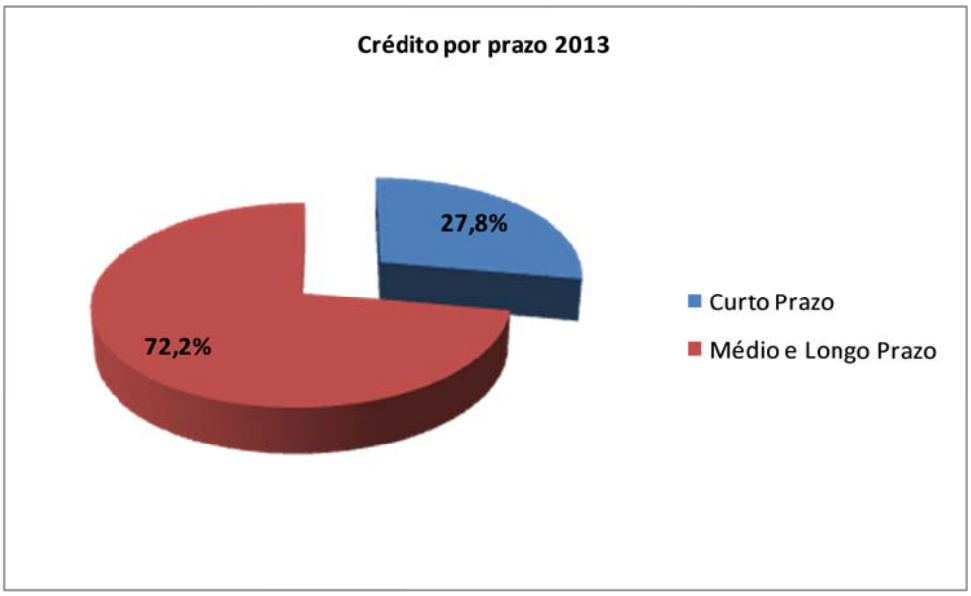
A análise por tipo de crédito evidencia que em 2014 os créditos de Médio e Longo Prazo representaram 62,02% do total da carteira, o equivalente a 3.038 Milhões de ECV, seguido dos créditos à Habitação, dos Créditos Titulados e da Conta Corrente Caucionada. Relativamente aos créditos menos significativos, o crédito Hipotecário totalizou os 46 Milhões de ECV (0,95%), seguido do crédito ao Turismo e à Restauração com cerca de 420 Mil ECV (0,01%).


Crédito por Produto 2014
2,94%
1,56%
0,01%
1,65%
3,29%
8,98%
8,67%
0,00%
9,93%
0,95%
62,02%
Conta Corrente Caucionada
Crédito à construção
Crédito automóvel
Crédito Habitação
Crédito Hipotecário
Crédito Médio e Longo Prazo
Crédito Modernização e Expansão
Crédito Pessoal
Crédito Turismo e a Restauração
Créditos titulados
Descobertos


Crédito por Produto 2013
1%
3%
0%
0%
12%
13%
2%
1%
8%
1%
59%
Conta Corrente Caucionada
Crédito à construção
Crédito automóvel
Crédito Habitação
Crédito Hipotecário
Crédito Médio e Longo Prazo
Crédito Modernização e Expansão
Crédito Pessoal
Crédito Turismo e a Restauração
Créditos titulados
Descobertos

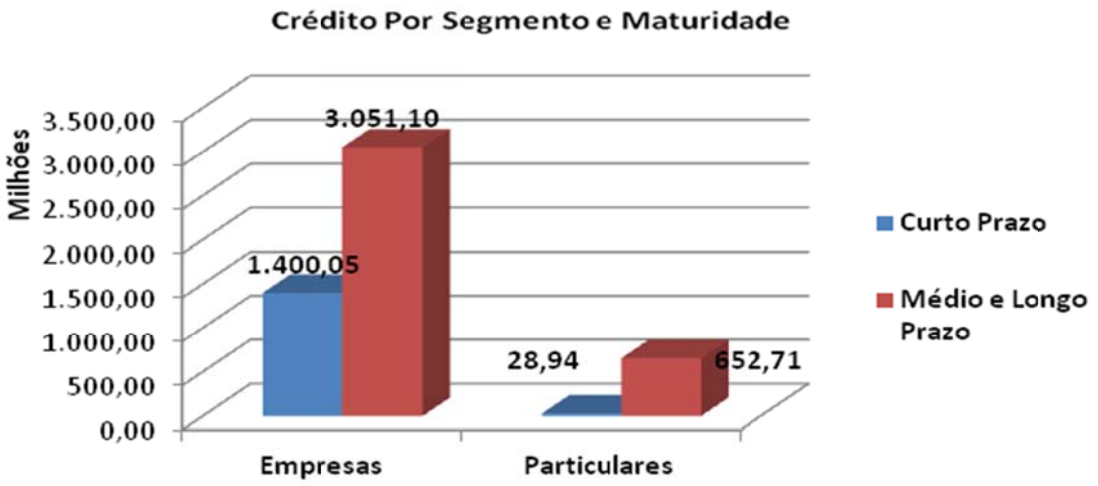
Relativamente à **maturidade**[2] dos créditos, a carteira do BAICV registou o maior peso nos créditos que se encontram nos prazos superiores a 1 ano, com 83,44%. Os prazos inferiores a 1 ano representaram 16,56% da carteira.





[2] Prazo Residual

Em termos de segmento por prazo, o segmento Empresas e Particulares registaram em 2014 o maior peso nos créditos de Médio e Longo Prazo.



O peso das empresas nos créditos de Curto Prazo deve-se às Contas Correntes Caucionadas e aos Descobertos Bancários, destinados essencialmente à resolução de problemas de tesouraria das empresas. Relativamente aos Particulares, os créditos de Médio e Longo Prazo possuem o maior peso, substancialmente devido à grande maturidade associada aos Créditos à Habitação.

Crédito Concedido

O volume de **Crédito Concedido**, exceptuando os descobertos bancários, diminuiu face ao ano transacto cerca de 133 Milhões de ECV, situando-se nos 2.146 Milhões de ECV, resultante de um total de 643 créditos carregados durante o ano.

Tipo de Crédito	2013	Peso	2014	Peso	Var.	
					Abs.	%
Conta Corrente Caucionada	996.214.349	44%	637.249.640	29,7%	-358.964.709	-36%
Crédito à construção	25.000.000	1%	0	0,0%	-25.000.000	-100%
Crédito automóvel	35.925.000	2%	44.032.000	2,1%	8.107.000	23%
Crédito Habitação	163.454.937	7%	79.455.300	3,7%	-83.999.637	-51%
Crédito Hipotecário	0	0%	0	0,0%	0	
Crédito Médio e Longo Prazo	961.519.649	42%	1.268.348.562	59,1%	306.828.913	32%
Crédito Pessoal	97.473.776	4%	117.410.759	5,5%	19.936.983	20%
Total	**2.279.587.711,40**	**100%**	**2.146.496.261,28**	**100%**	**-133.091.450,12**	**-6%**

O Crédito de Médio e Longo Prazo deteve em 2014 cerca de 59,1% do total carregado no ano, seguido da Conta Corrente Caucionada com 29,7%, do Crédito Pessoal com 5,5%, do Crédito Habitação com 3,7% e do Crédito Automóvel com 2,1%.

Recursos de Clientes

A constituição de Depósitos à Ordem foi o principal motor de crescimento do BAICV na captação de Recursos, uma vez que o mesmo cresceu em termos absolutos 3.090 Milhões de escudos face a 2013.

Em 2014, cerca de 64,96% (5.177 milhões de escudos) é constituído por Depósitos a Ordem e 35,04% (2.792 milhões de escudos) por Depósitos a Prazo.

A Carteira Global de Recursos do BAICV atingiu em 2014 o montante de 7.969,7 Milhões de escudos, sendo 78,82% de depósitos de empresas, 17,51% de depósitos de particulares, 2,82% de emigrantes e 0,29% de Funcionários.

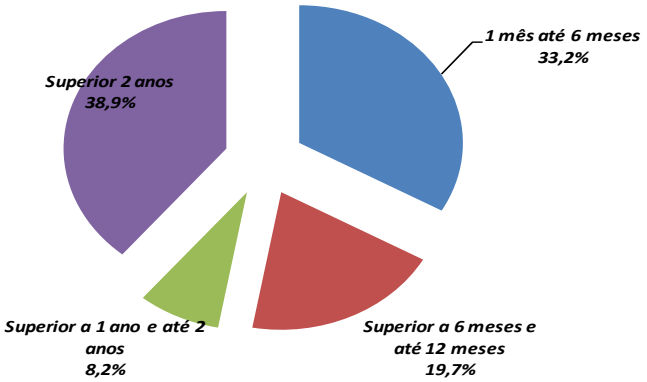
Tipo	2014		Total	Peso
	D. Ordem	D. Prazo		
Empresas	4,388,908,889	1,892,743,313	6,281,652,201	***78.82%***
Particulares	708,758,735	687,082,040	1,395,840,775	***17.51%***
Funcionários	12,213,970	11,260,901	23,474,871	***0.29%***
Emigrantes	31,770,630	192,793,899	224,564,529	***2.82%***
Outros	35,868,726	8,396,971	44,265,698	***0.56%***
Total	**5,177,520,950**	**2,792,277,124**	**7,969,798,074**	***100.00%***

Relativamente à moeda da carteira de recursos de clientes, em ambas as carteiras de depósitos a ordem e depósitos a prazo, predomina o ECV, seguido do EUR e USD, com 62,5%, 34,4% e 3,1 % respectivamente. Na carteira em ECV, predomina o segmento empresas com 70% do saldo total em ECV, seguido dos particulares com 25%. Na carteira em EUR predomina as empresas com 97% do saldo total em EUR, seguido dos particulares com 2%. Na carteira em USD predomina as empresas com 53% do saldo total em USD.

Total Recursos Clientes	Saldo Total Recursos Clientes				Contravalor em CVE	Peso
	CVE	EUR	USD	GBP		
Empresas	3,487,729,389	24,160,285	1,430,726	1,090	6,281,652,201	***78.82%***
Particulares	1,224,750,641	589,527	1,169,542	243	1,395,840,775	***17.51%***
Funcionários	20,772,378	23,572	1,139	0	23,474,871	***0.29%***
Emigrantes	202,828,217	118,950	95,065	0	224,564,529	***2.82%***
Outros	44,106,993	0	1,750	0	44,265,698	***0.56%***
Total Recursos Clientes	**4,980,187,619**	**24,892,334**	**2,698,223**	**1,333**	**7,969,798,074**	***100.00%***
Contravalor em CVE	**4,980,187,619**	**2,744,753,190**	**244,669,435**	**187,829**		

Em termos de prazo residual dos depósitos a prazo, salienta-se que 38,9% (1.087 milhões de escudos) são Depósitos a Prazo superiores a 2 anos, seguido de Depósitos a Prazo de 1 a 6 meses com 33,2% (925 milhões de escudos), de Depósitos a Prazo de 6 a 12 meses com 19,7% (549 Milhões de escudos) e Depósitos a Prazo de 1 a 2 anos com 8,2% (229 Milhões de escudos).

Prazo Residual Depósitos a Prazo



7. Banca Electrónica

Durante o ano de 2014 conseguiu-se alargar ainda mais o serviço de cartões de débito – Vinti4. Os indicadores da Banca Electrónica continuam sendo atractivos pela natureza específica, não obstante os custos elevados associados à manutenção deste serviço.

a) Rede Vinti4

A rede Vinti4 por ser uma rede partilhada de Caixas Automáticas – ATM's e Terminais de Pagamentos Automáticos – POS, e cujo potencial de desenvolvimento mostra-se a cada dia ser mais intenso, tem abrangido um número cada vez maior de serviços.

A disponibilização destes serviços no mercado oferece a oportunidade de captação de fundos e mais clientes, podendo assim oferecer uma grande variedade de funcionalidade aos mesmos, desde levantamentos de numerário, transferências bancárias, pagamento de serviços, pagamento de facturas, consulta de saldos e de movimentos, recarga de telemóveis, consulta de NIB/IBAN entre outras.

Durante o ano de 2014, o banco emitiu cerca de 3.098 cartões activos, face aos 1.714 cartões emitidos no ano transacto, sendo que 2.674 cartões do total de cartões activos no ano estão em actividade. Relativamente aos terminais, registou-se uma diminuição de 17 terminais de POS´s, comparativamente ao ano anterior.

Descritivo		Jan-Dez 2013 Qtd	Jan-Dez 2014 Qtd
Cartões		**1.907**	**3.130**
	Activos	942	2.740
	Inativos	772	358
	Não Processado (Mot. Diversos)	193	32
Cartões Activos		**1.714**	**3.098**
	Com Actividade	800	2.674
	Sem Actividade	914	424
Terminais		**129**	**112**
	ATM	-	-
	POS	129	112

Durante o ano registou-se uma maior procura pelos utilizadores nos POS's, em comparação com a procura nos ATM's. A nível de operações com movimentação de fundos foram efectuadas cerca de 392.351 operações junto de ATM's, que em termos de valor representam 1.872,9 milhões de escudos. As operações sem movimentação de fundos atingiram as 284.089 operações.

A nível dos POS's, as operações com movimentação de fundos totalizaram os 1.653 milhões de escudos.

Descritivo		Jan-Dez 2013		Jan-Dez 2014	
		Qtd	Valor	Qtd	Valor
Nossos ATM's		**185.107,00**	**152.012.498,00**	**510.864**	**1.425.402.558,00**
	Operação com movimentação de fundos	29.085,00	152.012.498,00	297.012	1.425.402.558,00
	Operações sem movimentação de fundos	156.022,00	-	213.852	-
Outros ATM'S		**150.740,00**	**423.128.074,00**	**165.576**	**447.566.910,00**
	Operação com movimentação de fundos (cartão BAI)	92.701,00	423.128.074,00	95.339	447.566.910,00
	Operações sem movimentação de fundos (cartão BAI)	58.039,00	-	70.237	-
Nossos POS's		**603.899,00**	**1.513.749.917,00**	**687.750**	**1.596.759.810,00**
	Operação com movimentação de fundos (cartão OIC)	575.879,00	1.513.749.917,00	659.986	1.596.759.810,00
	Operações sem movimentação de fundos (cartão OIC)	28.020,00	-	27.764	-
Nossos POS'S		**4.359.105,00**	**15.352.002.964,00**	**25.506**	**57.001.551,00**
	Operação com movimentação de fundos (cartão BAI)	4.036.828,00	15.352.002.964,00	22.084	57.001.551,00
	Operações sem movimentação de fundos (cartão BAI)	322.277,00	-	3.422	-

Para além das operações realizadas com os cartões Vinti4, durante o ano de 2014 conseguiu-se realizar operações com cartões de crédito da rede VISA e MasterCard nos terminais do BAI CV, cujo total é de 21.956 operações, o equivalente a 317 milhões de escudos.

Descritivo		Jan-Dez 2013		Jan-Dez 2014	
		Qtd	Valor	Qtd	Valor
Nossos ATM's		**14.808,00**	**166.206.000,00**	**17.957**	**224.885.000,00**
	Operação c/movimentação de fundos Mastercard	3.718,00	45.543.000,00	5.153	63.592.000,00
	Operação c/movimentação de fundos VISA	11.090,00	120.663.000,00	12.804	161.293.000,00
Nossos POS'S		**3.358,00**	**57.469.601,00**	**3.999**	**92.348.996,00**
	Operação c/movimentação de fundos Mastercard	909,00	13.230.923,00	1.153	15.657.517,00
	Operação c/movimentação de fundos VISA	2.449,00	44.238.678,00	2.846	76.691.479,00

b) Internet Banking

O lançamento do BAI Net, a internet banking do Banco, foi sem dúvida um importante acontecimento para o BAI CV, um novo canal de comunicação com os clientes, permitindo a realização de transacções, como também a consulta de saldos.

Durante o ano de 2014 registou-se cerca de 663 adesões, representando uma quebra de 44 adesões comparativamente ao período homólogo.

Descritivo	Jan a Dez 13	Jan a Dez 14
	Adesões	Adesões
Internet Banking	707	663

c) Mobile Banking

Este produto visa atender à necessidade de mobilidade dos clientes que passam a poder ter o seu Banco disponível 24 horas por dia sete dias por semana usando para tal o seu telemóvel. Foram disponibilizadas duas versões do serviço, uma para os Smarthphones e o outro em SMS para os telefones convencionais.

Contudo, este canal está muito dependente da conectividade ou seja dos terminais móveis dos nossos clientes e do acesso à internet nesses terminais algo que nos finais de 2011 conheceram uma revolução com a entrada no mercado de Cabo Verde da tecnologia 3G.

Relativamente ao ano de 2014, registou-se um aumento de 31 novas adesões, face às 39 adesões registadas no período transacto.

8. Gestão de Riscos Financeiros

A gestão e controlo dos riscos inerentes às actividades do BAICV estão centralizados no Gabinete de Planeamento e Risco (GPR), cuja responsabilidade passa por identificar e analisar a exposição do Banco aos diversos riscos, especificamente, o risco de crédito (carteira), de liquidez, das taxas de juro e de câmbio, como também, definir políticas que assegurem a prevenção e mitigação dos mesmos.

O Gabinete de Planeamento, Controlo e Risco tem a incumbência de identificar e analisar a exposição do Banco aos diversos riscos a que está sujeito, definindo instrumentos de análise como também políticas orientadoras, visando a maximização dos resultados da instituição, dentro de restrições pré-estabelecidas e devidamente supervisionadas pelos Órgãos de Gestão competentes.

Paralelamente à acção desenvolvida pelo GPR, a secção de Análise de Crédito, inserida na Direcção Comercial (DCM), é responsável pela análise e aprovação dos pedidos de créditos submetidos à instituição.

A instituição possui ainda uma Direcção especializada de Compliance e de Auditoria Interna, nomeadamente o Gabinete Jurídico e Compliance e o Gabinete de Auditoria e Inspecção, responsáveis pelos riscos relacionados com eventuais perdas financeiras ou de imagem que possam surgir, decorrentes de demandas judiciais e de sanções legais, resultantes da inconformidade dos negócios do Banco às leis, normas, regulamentos e códigos de conduta vigentes.

O banco possui também um Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), genericamente designado por ALCO, destinado à análise, controlo e implementação de estratégias de mitigação dos riscos estruturais do balanço, visando maximizar a rentabilidade e a solidez financeira da instituição.

A. Risco de Crédito

O **Risco de Crédito** consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de pessoas, residentes ou não residentes, singulares ou colectivas, em não pagarem quer o capital em dívida, quer os juros devidos pactuados perante o banco.

O acompanhamento do Risco de Crédito é feito tanto pelo Departamento de análise de crédito, responsável pela aprovação dos pedidos de crédito solicitados, consoante os indicadores qualitativos e quantitativos subsequentes das análises de Scoring e Rating, como também, pelo Departamento de recuperação de Crédito, destinado à recuperação dos créditos vencidos, mediante solução negociado extra judicialmente, em função dos objectivos do banco.

O acompanhamento da carteira de crédito é feito pelo Gabinete de Planeamento, Controlo e Risco (GPR), averiguando tanto o grau de concentração dos créditos atribuídos, como também a diversificação sectorial da carteira da instituição.

Qualidade do crédito atribuído

			Var. Homóloga	
Crédito sobre Clientes	**2014**	**2013**	**Abs.**	**%**
Crédito vencido / Crédito Total	**10,87%**	**13,54%**	-2,67%	-19,73%
Imparidade Crédito a Clientes/Crédito Total	**4,64%**	**5,24%**	-0,60%	-11,46%

Os indicadores referentes à qualidade de crédito evidenciam uma diminuição do rácio de créditos vencidos de cerca de 2,67 pontos percentuais, situando-se nos 10,87%. Do mesmo modo, o rácio de cobertura do crédito total pelas imparidades registou uma redução de cerca de 0,60 pontos percentuais, situando-se nos 4,64%.

B. Risco Operacional

O **Risco Operacional** é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas ou da inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à deficiência em contratos firmados pela instituição.

A instituição aborda a gestão do risco operacional dentro de um processo de aprimoramento contínuo, visando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade dos serviços prestados pela mesma. Neste sentido, o banco tem implementado políticas e procedimentos internos de controlo, visando a mitigação dos riscos operacionais subsequentes à sua actividade, designadamente:

- ✓ A criação da área de Compliance, integrado no Gabinete Jurídico;
- ✓ Criação do regulamento interno de prevenção de branqueamento de capitais;
- ✓ Actualização do Manual de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- ✓ Formação e capacitação técnica na prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- ✓ Criação do Gabinete de Auditoria e Inspecção.

C. Risco de Capital

O acompanhamento do **Risco de Capital** é feito tendo em conta todos os requisitos mínimos prudenciais estabelecidos pela entidade reguladora, especificamente os Avisos nº 3/2007 e 4/2007 do Banco de Cabo Verde, relativo ao apuramento do Rácio de Solvabilidade.

			Variação	
Descrição	**2014**	**2013**	**Abs.**	**%**
Fundos próprios	1.173.379.670	1.482.092.734	-308.713.065	-20,83%
Activos ponderados pelo risco de crédito	6.221.300.470	6.253.872.426	-32.571.956	-0,52%
Valor equivalente em activos ponderados pelo risco operacional	660.382.070	510.353.325	150.028.745	29,40%
Total dos activos ponderados	6.881.682.540	6.764.225.751	117.456.789	1,74%
Rácio de Solvabilidade	**17,05%**	**21,91%**	**-4,86%**	**-22,18%**

Em 2014 o rácio de Solvabilidade situou-se nos 17,05% face aos 21,91% do ano anterior, evidenciando a robustez dos Fundos Próprios do banco, sendo uma das instituições Financeiras com o maior Capital Subscrito do mercado, em torno dos 2.330,7 milhões de CVE.

D. Risco de Mercado

O **Risco de Mercado** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições Activas e Passivas detidas pela instituição, especificamente, resultantes de flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções ou preços de mercadorias.

A gestão do risco de mercado é monitorizada de forma contínua, sendo que os limites de actuação nos mercados são revistos e ajustados, havendo para o efeito uma avaliação de desempenho periódico em função da evolução das tendências de mercado.

E. Risco de Taxa de Juro

O **Risco de Taxa de Juro** consiste na eventualidade de variações adversas nas taxas de juro de mercado virem a afectar a margem financeira da instituição.

A avaliação da exposição deste tipo de risco é feita através dos modelos de GAP de Taxas de juro, destinados à medição dos Activos e Passivos sensíveis às flutuações das taxas de juro de acordo com os seus prazos de maturidade.

O acompanhamento é feito regularmente, permitindo assim a quantificação dos impactos sobre a margem financeira da instituição, derivado das flutuações das taxas de Juro, permitindo a adopção de estratégias adequadas, visando a mitigação dos efeitos nefastos nos resultados do banco.

Paralelamente aos modelos internos utilizados, o banco utiliza também modelos definidos pela entidade reguladora, impostos através da Instrução Técnica nº 164/2011 do Banco de Cabo Verde.

F. Risco Cambial

É o risco que uma instituição pode ter que enfrentar por deter activos e passivos numa determinada moeda estrangeira, estando assim exposta a uma eventual variação da taxa de câmbio.

A exposição ao risco de câmbio é analisada através do acompanhamento dos activos e passivos em moedas estrangeiras, permitindo o apuramento da posição líquida do banco face à cada moeda utilizada nas suas operações de mercado.

O banco tem seguido uma estratégia de minimização de riscos, através da realização de operações maioritariamente em Euros, dada a paridade cambial existente entre o Euro e o Escudo Cabo-verdiano. Esta estratégia reduz significativamente os riscos esperados relacionados com a dotação de Activos e Passivos em moeda estrangeira, reduzindo por conseguinte os impactos no Produto Bancário da instituição.

G. Risco Liquidez

O Risco de Liquidez resulta da incapacidade do Banco em poder dispor em qualquer momento, de fundos necessários para satisfazer todos os seus compromissos a um custo aceitável e compensador.

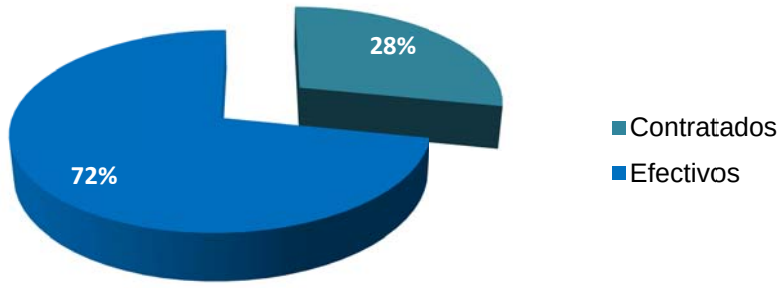
A monitorização do Risco de Liquidez é feita através da análise dos GAP de liquidez, em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, de forma a evidenciar os desajustamentos existentes entre os Activos e Passivos por intervalos temporais.

O banco também utiliza os modelos impostos pela entidade reguladora no âmbito da gestão do risco de liquidez, nomeadamente, o cálculo de rácios de cobertura de responsabilidades, instituído pelo Aviso nº8/2007 nº 42 de 19 de Novembro de 2007, como também, o mapa de liquidez definido pela Instrução Técnica nº 165/2012 do Banco de Cabo Verde.

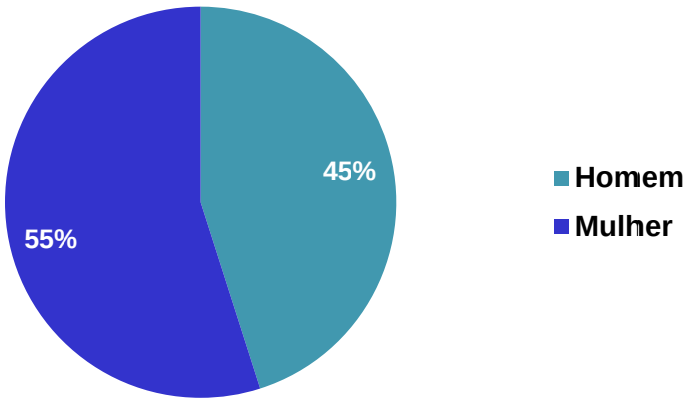
9. Recursos Humanos

Em Dezembro de 2014, o Banco contava com 71 colaboradores, sendo 51 do quadro de carreira e 20 do quadro eventual.

Contratados	20
Efectivos	51



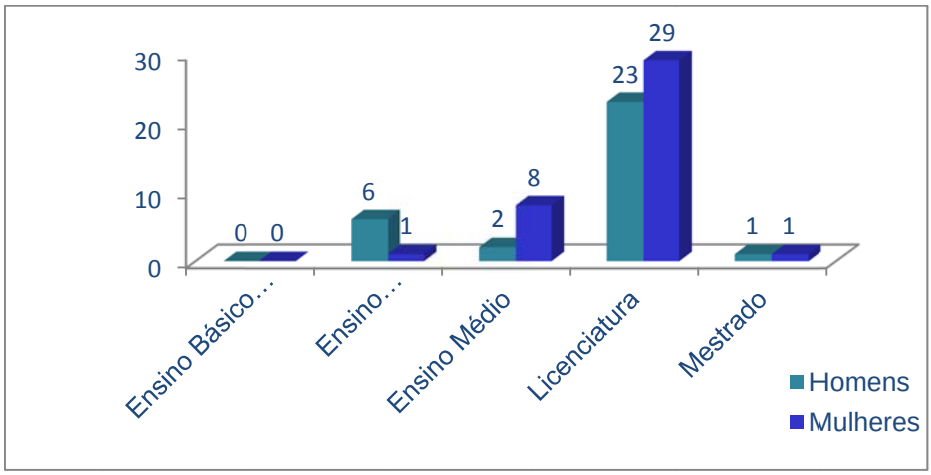
A maioria dos colaboradores do BAICV pertence ao sexo feminino, correspondendo a uma taxa de feminização de 54.93%, a taxa de masculinização é de 45,07%, evidenciando uma superioridade numérica das mulheres, em relação aos homens, 39 e 32 respectivamente.



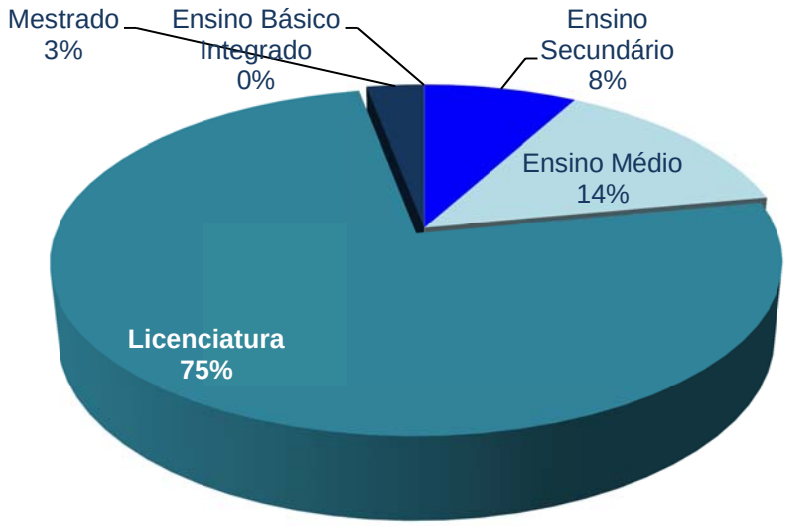
O escalão etário com maior peso é o dos 29 aos 39 anos, seguido pelos dos de 40 aos 50 anos. Os colaboradores desses intervalos representam 72% e 17% respectivamente do total dos colaboradores.

De registar ainda que a idade média dos colaboradores é de 34,92 anos, a idade média do nível etário masculino é de 35,37, ligeiramente superior ao feminino, que situa-se nos 34,45 anos.

A análise do capital humano do BAICV, a nível das habilitações literárias, permiti-nos constatar que 90.1% dos colaboradores são detentores de habilitação média e superior.



.

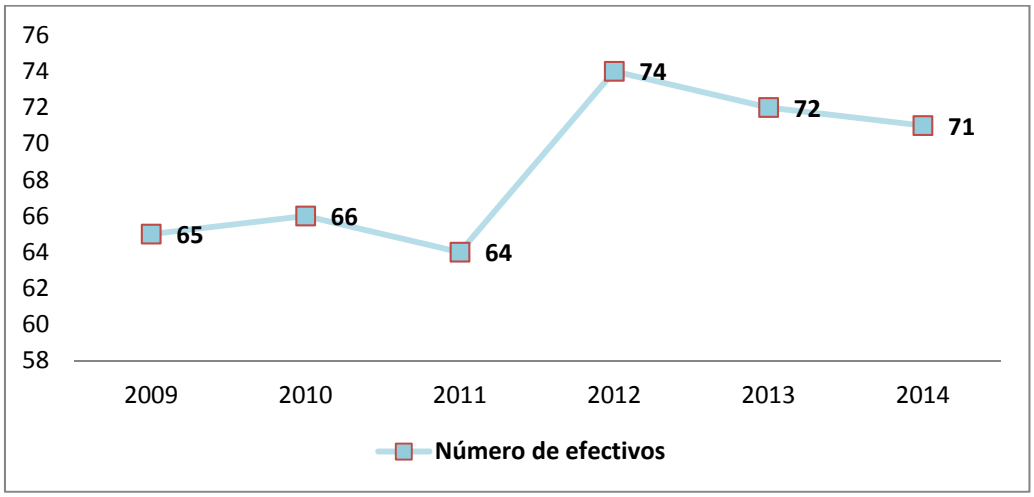


O número de efectivos em funções tem vindo a aumentar nos últimos anos. Entre 31 de Dezembro de 2009 a 31 de Dezembro de 2014, o BAICV passou de 65 para 71 colaboradores em efectividades de funções.

Níveis de Antiguidade	Homens	Mulheres	Total	%
Até 10 anos	32	39	71	100%
Dos 11 aos 20 anos	0	0	0	0%
Dos 21 aos 31 anos	0	0	0	0%
Mais de 31 anos	0	0	0	0%
Total	32	39	71	100%

O gráfico seguinte é elucidativo da variação verificada em matéria de recursos humanos, em efectividade de funções, no BAICV, nos últimos 6 anos.

2009	2010	2011	2012	2013	2014
65	66	64	74	72	71



Das 13 acções de formação realizadas pelos colaboradores do BAICV, 4 tiveram a duração de 37 horas, 9 tiveram a duração de 49 horas, distribuídas pelas componentes no Pais e no Estrangeiro.

Formações		
No País	2014	Nº Horas
In Empresa	4	37
Out Empresa	9	49
Total	13	86

Ano	2013	2014	Variação
Horas de Formação	504,5	86	-83%

Os encargos com o pessoal atingiram os 155.191.849 ECV em 2014, representando uma variação de cerca de 0,329% face ao ano transacto.

Ano	2013	2014	Dif.	Variação
Encargos com o pessoal	155.704.068	155.191.849	512.219	0,329%

10. Responsabilidade Social

Tendo posicionado desde a sua instalação em Cabo Verde como uma instituição parceira do desenvolvimento de Cabo Verde, e como uma instituição ciente da sua responsabilidade social, em 2014 o Banco actuou no sentido de consolidar as parcerias já iniciadas, buscando reforçar sua imagem, actuando sempre como uma empresa cidadã, que se rege pela ética e transparência para com os colaboradores, clientes, fornecedores e todo o meio envolvente, definindo objectivos empresariais que integram o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Um dos principais objectivos da estratégia adoptada, é associar a marca BAI a projectos cujos resultados contribuam de forma directa para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e assim diferenciar a nossa marca da concorrência, associando-a a acções positivas que promovam os valores preconizados pelo Grupo BAI.

✓ Voluntariado Empresarial

O envolvimento das equipas nas acções promovidas e causas apoiadas pelas instituições é algo essencial no que se refere à responsabilidade social. Assim, em 2014 foram realizadas acções de recolha de alimentos, brinquedos e outros materiais junto dos colaboradores no sentido de juntamente com o Banco apoiarem-se causas e projectos.

Foram doados alimentos à Associação Black Panthers, uma das mais antigas associações do país cuja sede fica no bairro próximo à sede do BAI Cabo Verde.

Outra acção levada a cabo pelo BAI Cabo Verde e que contou com o envolvimento dos seus os seus colaboradores e foi a campanha de recolha donativos e de alimentos, promovida interna e externamente através das redes sociais, onde o Banco disponibilizou as agencias como ponto de recolha de donativos para as vítimas da erupção vulcânica na Ilha do Fogo.

Acreditamos que com estas acções aos poucos se introduz o espírito de voluntariado na cultura do BAI CV e prova disso foi sem dúvida o nível de adesão obtido nas acções realizadas no seio dos colaboradores do Banco.

✓ Cidadania Empresarial

Através da cidadania empresarial as empresas conseguem estabelecer uma conexão com os mercados onde actuam, criando uma imagem positiva na mente dos consumidores algo extremamente importante no processo de fidelização dos clientes. Muitas empresas optam por utilizar a sua política de responsabilidade

social como factor de diferenciação em relação à concorrência. Esta foi a estratégia utilizada pelo Banco ao longo de 2014.

No que se refere às acções de cidadania empresarial as redes sociais, em particular o Facebook, tem sido o principal canal de divulgação BAI Cabo Verde como forma de dar a conhecer ao mercado o nosso posicionamento e valores que preconizamos.

- **Educação**

  Dando continuidade à parceria iniciada em 2012, em 2014 o BAI CV renovou o protocolo que mantinha com a FICASE em relação ao programa nacional de distribuição de Kits Escolares, um programa que apoia as crianças mais carenciadas do país com materiais escolares como forma de apoiar a sua educação e de combater o abandono escolar. Este ano, na celebração do 10º aniversário do Programa Kits Escolares o BAI foi uma das instituições homenageada pelo papel activo que tem tido juntamente com a FICASE para a continuidade deste programa.

  O BAI Cabo Verde também apoiou este ano a Fundação Infância Feliz, uma ONG nacional, que tem por missão reduzir a problemática da infância em situação de risco em várias vertentes de integração social, contribuindo para a aquisição de materiais didácticos e pedagógicos e afirmação de crianças e alunos nos subsistemas do complexo escolar Infância Feliz.

- **Social**

  Este ano foi inaugurado o Centro de Geriatria da Associação Black Panthers, uma instituição parceria do Banco. Esta associação, além de promover o bem-estar das crianças do Bairro da Várzea da Companhia decidiu aumentar a sua área de actuação passando também a cuidar dos idosos com dificuldades, no mesmo bairro. Assim, com o apoio de vários parceiros criou um centro de geriatria que recebeu do BAI Cabo Verde enquanto parceiros mobiliários para a sala de alimentação dos idosos.

- **Cultura**

  A promoção da cultura é sem dúvida uma importante forma de educação cívica com um papel fundamental na formação dos indivíduos. A democratização do acesso às obras de arte é algo que deve ser assegurado pelas instituições no cumprimento de parceiros no desenvolvimento dos países que passa necessariamente pela formação dos seus cidadãos.

  É com este objectivo que em 2014 o BAI Cabo Verde patrocinou a publicação da obra "Cabo Verde e as Artes Plásticas: percurso e perspectivas" do artista Danny Spínola.

- Desporto

Ao nível do desporto o BAI Cabo Verde patrocinou o Torneio do 15º Aniversario da Associação AMIBASKET, a Associação dos Pais e Amigos do Mini-basquete, uma associação que tem como missão descobrir novos talentos na modalidade, e que teve como convidada para este torneio a Equipa Infantil do Sporting de Benguela.

Tratou-se de um marco importante no processo de aproximação das nossas crianças.

✓ Conta BAI Solidariedade - Entradas e Saídas

SALDO DA CONTA BAI SOLIDARIEDADE A 31/12/2014	
Responsabilidade Social e Patrocínios	
Saldo da Conta BAI Solidariedade a 31/12/13	875.409,00
Doações dos Colaboradores do BAI CV - 2014	555.226,00
Despesas e Comissões Cobradas	1.035,00
TOTAL ENTRADAS	**1.429.600,00**
TOTAL SAIDAS- Doações a Parceiros	**963.000,00**
Saldo a 31/12/2014	**466.600,00**
Responsabilidade Social	
FICASE	800.000,00
Fundação Infância Feliz	10.000,00
Torneio AMIBASKET	153.000,00
TOTAL de Saídas	**963.000,00**

11. Análise Financeira

A. Elementos do Balanço

O **Activo Líquido** ascendeu a 15.103,9 Milhões de escudos em 2014, representando um crescimento de 32,5% (3.708,5 Milhões de escudos) face ao ano transacto, sobretudo devido ao aumento dos Activos Financeiros detidos para Negociação de cerca de 1.236 Milhões de escudos, bem como do aumento das Disponibilidades em Outras instituições de crédito de cerca de 1.151 Milhões de escudos.

Os **Activos não correntes detidos para venda**, assim como as **Aplicações em instituições de crédito** também registaram uma variação positiva de +823 Milhões de escudos e +533 Milhões de escudos, face ao ano homólogo respectivamente.

Por contrapartida, os **Créditos a clientes (líquido)**, os **Investimentos detidos até a maturidade**, bem como os **Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos**, diminuíram cerca de 204 Milhões de escudos,189 Milhões de escudos e 147 Milhões de escudos respectivamente.

O **Passivo** cresceu cerca de 35,6%, o equivalente a 3.695 Milhões de escudos, motivada sobretudo pelo crescimento significativo dos Recursos de clientes e outros empréstimos em 3.761 Milhões de escudos e pelo crescimento dos Recursos de outras instituições de crédito em cerca de 692 Milhões de escudos.

Os **Capitais Próprios** aumentaram cerca de 1,3%, o equivalente a 13 Milhões de escudos, registando um saldo final de 1.015,6 Milhões de escudos.

A rubrica **Caixa e Disponibilidades no Banco Central** registou um aumento de cerca de 78,5% face ao período transacto, cerca de 535 Milhões de escudos, derivado do incremento dos Recursos de clientes e outros empréstimos.

Essa disponibilidade no banco central tem uma gestão muito mais criteriosa, devido a penalização em caso de incumprimento das reservas mínimas de caixa, e do excesso que é aplicado em activos remunerados, nomeadamente em instrumentos do Banco de Cabo Verde (TIM e TRM) e mesmo no MMI-Mercado Monetário Interbancário, que ainda continua demonstrando uma maior rentabilidade e atractividade do mercado monetário interno face ao mercado Europeu.

Comparativamente a 2013, a Carteira de Títulos atingiu o montante de 4.022,6 Milhões de escudos, sendo 99,97% (4.021 Milhões) em Activos Detidos para Negociação e 0,03% (1.143,5 mil escudos) em Activos Financeiros Disponíveis para Venda.



Os **Activos Detidos para Negociação** no montante de 4.021 Milhões de escudos são constituídos exclusivamente por Obrigações do Tesouro.

O saldo de 1.143,5 mil escudos dos **Activos Financeiros Disponíveis para Venda** é resultante de participações que o Banco tem noutras entidades, nomeadamente na Swift SCRL, representada por uma acção, na Novagest representada em 10% do capital social no valor de 800 mil escudos e na Enacol, representada por acção no valor de 48 mil escudos.

Em 31 de Dezembro de 2014, a nossa carteira de **Aplicações em Instituições de Crédito** apresentava um saldo de 2.555 Milhões escudos, cuja variação foi de 26,41% em comparação com o ano transacto.

A carteira de **Créditos sobre Clientes** atingiu em Dezembro de 2014 um total bruto de 4.891 Milhões de escudos, cuja taxa de transformação situa-se em 58% face a 113,6% em 2013, e representa 31% do total de Activo Bruto.

O crédito "Empréstimo a Médio e Longo Prazo" representa 62,02% do total do crédito bruto, seguido do crédito "Habitação" representando 9,93%, seguido dos créditos "Titulados" com 8,98%, seguido do crédito "Conta Corrente Caucionada" representando 8,67% do total do crédito bruto. Os descobertos em depósito à ordem tiveram alguma predominância, representando 2,94%.

O segmento de empresas lidera a carteira de créditos, com 84%, enquanto o segmento de particulares atingiu 12%, seguido do crédito aos colaboradores, que representa 3%.

O rácio de incumprimento situou-se em 10,87%, face a 13,54% em 2013. Portanto houve uma redução do crédito vencido em 2,67 pontos percentuais.

O saldo da rubrica **Imparidade de crédito a clientes**, no final do exercício de 2014, apresenta um valor de 226,8 Milhões escudos, cuja variação face ao ano transacto foi de -15,7%, representando 4,6% do crédito total bruto.

A 31 de Dezembro de 2014, os **Activos Tangíveis** líquidos das amortizações, sofreram uma diminuição de 52,9 Milhões de escudos, em relação ao período homólogo. Por estarem afectos à actividade do banco, contemplam bens e valores de carácter permanente, reflectindo as aquisições e depreciações ao longo do exercício económico.

Quanto aos **Activos Intangíveis** (líquido), aumentaram cerca de 35,7 Milhões de escudos, atingindo um total de 35 Milhões de escudos, englobando basicamente sistemas informáticos.

A rubrica de "**Outros Activos**" registou uma diminuição de 7,5%, apresentando um saldo final a 31 de Dezembro de 2014 de 173 Milhões de escudos, resultante de oscilações entre "activos por impostos diferidos" e "outros activos" e das imparidades acumuladas registadas de cerca de 33,9 Milhões de escudos.

Os **"Activos por impostos Correntes"**, que incluem IUR a recuperar, aumentaram em 4,7%, enquanto, a rubrica dos "Activos por Impostos diferidos", associados ao reporte de prejuízos fiscais, não registou nenhuma variação comparativamente ao ano transacto.

Analisando o passivo, os "**Recursos de Outras Instituições de Crédito**" ascenderam ao montante de 5.711 Milhões de escudos, registando uma variação de 13,79%, representando na sua quase totalidade, depósitos à ordem e a prazo, de instituições do Grupo BAI.

A carteira de **Depósitos de Clientes** aumentou consideravelmente em 87,7%, cujo saldo final foi de 8.046 Milhões de escudos, na sua maioria constituída por depósitos de Empresas com 79% (6.821 Milhões de escudos) seguido de particulares com 18% (1.395 Milhões de escudos), emigrantes com 3% (224 Milhões de escudos), Outros com 0,5% (44 Milhões de escudos) e colaboradores com 0,3% (23 Milhões de escudos)

De salientar, que apesar do segmento empresas liderar em termos de saldos, em termos de número de clientes, 82,7% (9.417 clientes) são particulares e 13,2% (1.508 clientes) são empresas.

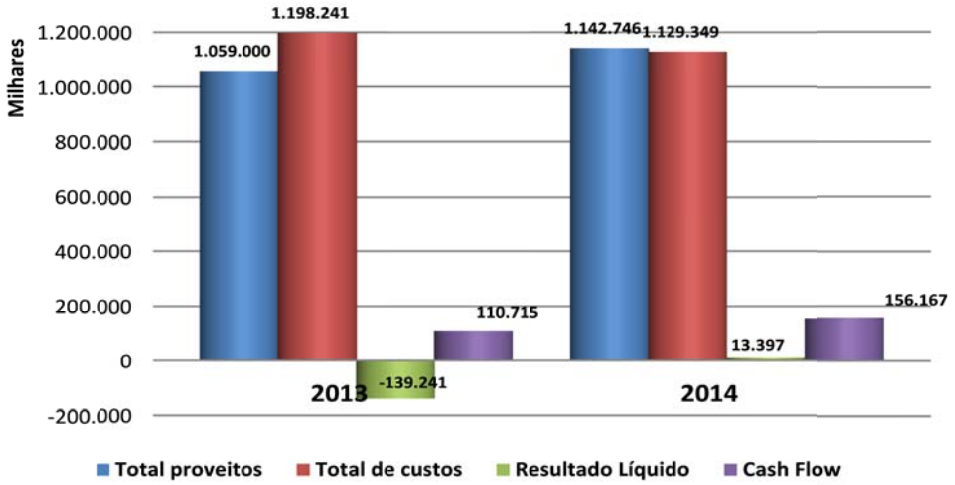
As modalidades de depósitos à ordem têm liderado o ranking dos recursos (65%), cuja variação foi positiva na ordem dos 148%, seguido dos depósitos a prazo (31%).

A rubrica "**Outros Passivos**" diminuiu cerca de 9%, o equivalente a 7,9 Milhões de escudos, cujo saldo final situou-se em 79 Milhões de escudos.

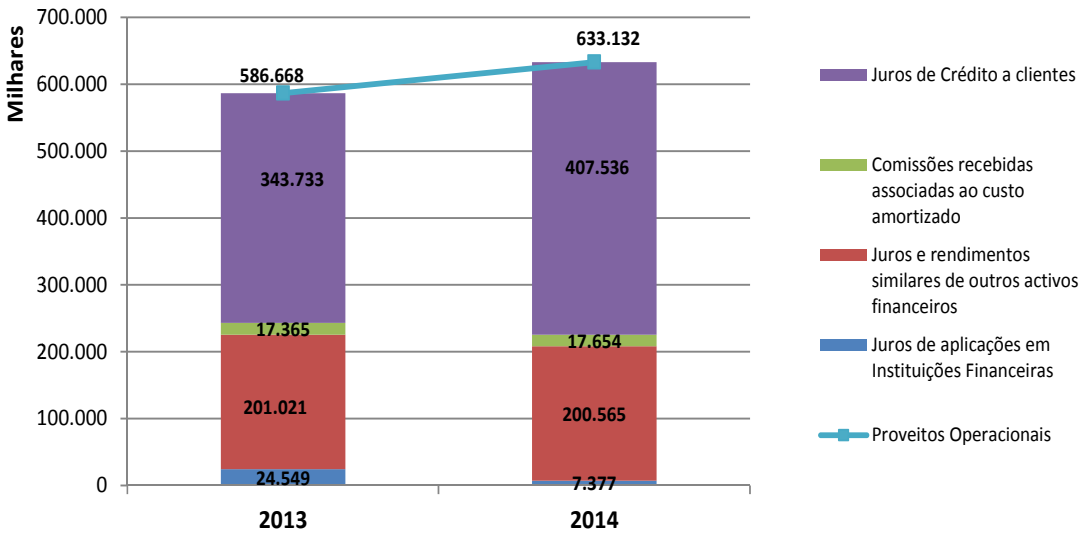
Os **Capitais Próprios** aumentaram cerca de 1,3%, equivalente em termos absolutos a 13 Milhões de escudos, registando um saldo final de 1.015,6 Milhões escudos, derivado do Resultado Líquido acumulado do período.

B. Elementos da Demonstração de Resultados

O **Resultado Líquido** apurado no final do exercício em Dezembro de 2014 foi de 13 Milhões de escudos, registando uma melhoria de cerca 109,6%, demonstrando que os proveitos e ganhos foram superiores aos custos e perdas do período.



Nos juros recebidos constata-se que houve uma melhoria significativa cuja variação foi de 7,9%, com destaque para os juros de Créditos a clientes que aumentaram cerca de 18%, o correspondente a 63,8 Milhões de escudos.



Os **Juros de Aplicações em Instituições Crédito** tiveram uma significativa diminuição na ordem dos 70%, situando-se nos 7 Milhões de escudos face aos 24 Milhões de escudos relativamente ao ano transacto, repartido pelas Aplicações em Instituições Financeiras no país, com um peso de cerca de 34% do total, seguido dos Juros de Aplicações em Instituições Financeiras no Estrangeiro com um peso de 66%.

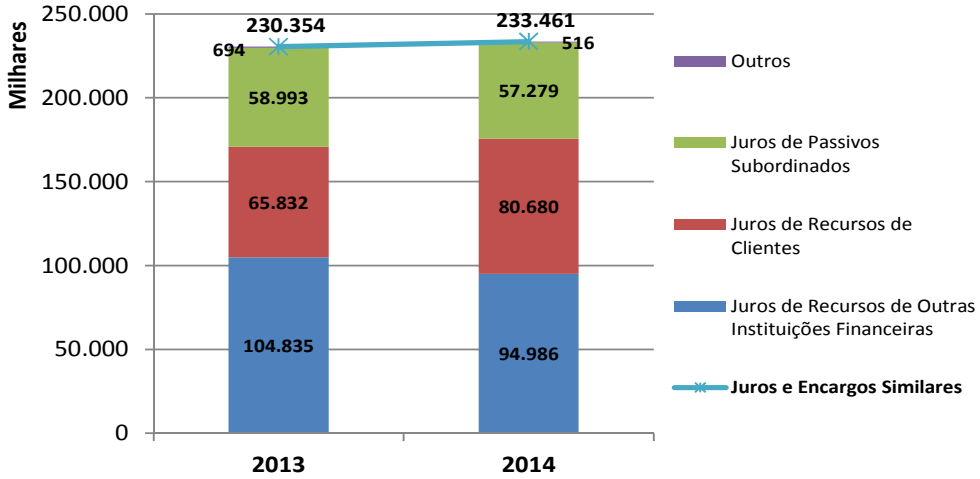
Relativamente aos **Juros sobre Activos Financeiros** constituídos basicamente por obrigações do tesouro, pertencente ao mercado de capitais representado pela Bolsa de Valores, assinalaram uma variação negativa de 456 mil escudos.

Quanto aos **Juros pagos das operações passivas** registaram um agravamento em 1%, em que suportamos 233 Milhões de escudos, devido essencialmente ao aumento da carteira de depósitos a prazo nos segmentos empresas e particulares

Para os **Recursos de Outras Instituições Financeiras**, o banco pagou em juros o montante de 94 Milhões escudos, cuja variação foi de -9%, sendo 51 Milhões resultantes de Empréstimos e 43 Milhões de depósitos a prazo de instituições de crédito no estrangeiro.

Os **Juros Subordinados do Empréstimo obrigacionista** foram outra componente que pesou os custos, visto que o banco pagou anualmente o montante de 57 Milhões de escudos. No entanto, com essa emissão, o banco beneficia no reforço progressivo da solidez financeira da instituição no plano dos rácios prudenciais (com realce aos fundos próprios, ao rácio de solvabilidade e sobretudo no limite de concentração de risco de credito a uma única entidade), da qualidade dos activos, e o equilíbrio financeiro de longo prazo (taxas de juros activas e passivas), e diversificação quer de factos geradoras de cash-flow, quer da base de "funding" e da forma e meios de aplicações de activos financeiros.

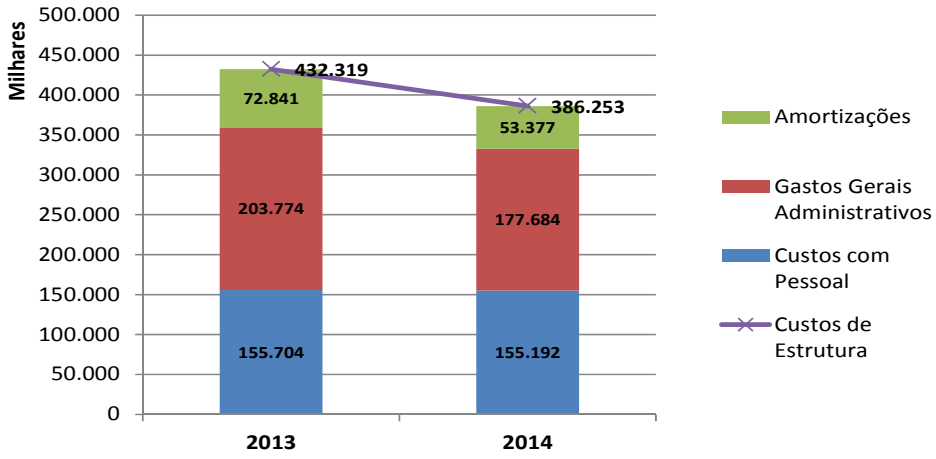
A **Margem Complementar** diminuiu cerca de 24 Milhões de escudos face ao ano transacto, situando-se nos 89 Milhões de escudos. Esta diminuição resulta essencialmente da variação negativa dos Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados de cerca de 41 Milhões de escudos, não obstante o aumento dos Resultados de alienação de outros activos de cerca de 19 Milhões de escudos.



Os **Rendimentos com Serviços e Comissões** registaram uma variação positiva face ao período homólogo, fruto do aumento das Comissões recebidas por operações realizadas por conta de terceiros em cerca de 2,7 Milhões de escudos, paralelamente à redução das Comissões recebidas por Garantias Prestadas em cerca de 1 Milhão de escudos.

Os **Custos de Estrutura** (Custos com Pessoal + Custos Administrativos + Amortizações) diminuíram cerca de 46 Milhões de escudos em relação ao exercício anterior, impulsionado pela redução das Amortizações em torno dos 26% e pela diminuição dos Gastos Gerais Administrativos em cerca de 12%.

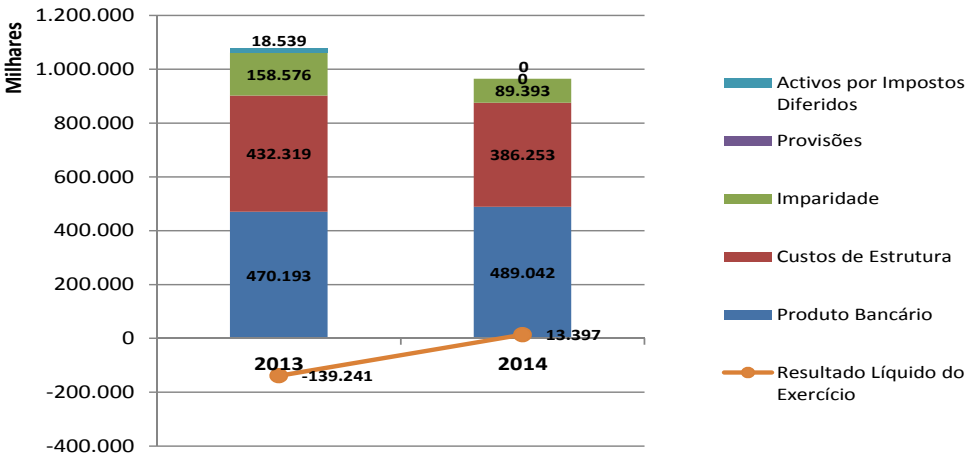
O **Rácio Cost to Income** diminuiu comparativamente ao ano transacto, situando-se nos 79% em 2014, menos 13 pontos percentuais que em 2013 (91,9%), reflectindo essencialmente o aumento do Produto Bancário face à evolução dos custos de estrutura.



Os **Custos com Pessoal** que representam 40% do total dos custos de estrutura, assinalaram uma ligeira diminuição de 0,3%, equivalente a 512 Mil escudos, enquanto os Gastos Gerais Administrativos que representam 46% do custo total de funcionamento, diminuíram 12%, cerca de 26 Milhões de escudos, reflexo da política de contenção dos custos em FST's.

As **Amortizações** ascenderam a 53 Milhões escudos, com uma variação negativa de 26%, representando 13,8% do custo total de estrutura.

O Resultado Líquido positivo situou-se em 13 Milhões escudos, registando uma melhoria face ao período homólogo de cerca de 152,6 Milhões escudos, aumentando 109,6%, derivado do enorme aumento do Produto Bancário ocorrido em 2014.



C. Indicadores Económicos e Financeiros

Os principais indicadores económicos de desempenho e prudenciais do BAICV registaram uma melhoria face ao ano de 2013, derivado do Resultado positivo do Exercício.

A **rentabilidade dos capitais próprios (ROE)**, por via dos RL positivos, registou uma melhoria de 15,2 pontos percentuais face ao ano anterior, passando para os 1,32%, e a **rentabilidade dos activos (ROA)** com uma ligeira melhoria de 1,3 pontos percentuais passou de -1,2% para 0,09%.

A **taxa de transformação primária** (considerando somente os depósitos de clientes) situou-se em 58% (contra 113,6% de Dez-13 e os 160,1% de Dez-12), e a **taxa de transformação 2** (considerando todos os recursos nomeadamente recursos de OIFs e os passivos subordinados) situou-se nos 33,3% (contra 47,2% de Dez-13 e os 48,4% de Dez-12).

Em termos de Funcionamento, destaque para o **Cost-to-Income**, indicador de eficiência que relaciona os custos de estrutura com o produto bancário, atingiu os 79%, valor abaixo dos 91,9% registados em Dez-13 e dos 122,9% em Dez-12, fruto da enorme redução da estrutura de custos da instituição e do enorme crescimento do Produto Bancário.

A nível de **Produtividade**, verificou-se uma melhoria no rácio número de clientes por empregado, passando de 131 para 160, devido ao enorme aumento do número de clientes (+1.966 clientes que em 2013). O Banco fechou o ano com um efectivo de 71 colaboradores, 5 agências e 11.393 clientes. Quanto ao rácio activo líquido sobre o número de empregados, aumentou para os 212,7 Milhões de escudos por empregado.

Destaque para o **Custos de Estrutura/Activo Liquido**, cujo rácio atingiu os 2,6%, menos 1,2 pontos percentuais que em 2013.

A nível de gestão de fundos, a carteira de depósitos representa 53% do total de activo, e realce a concentração dos 20 maiores depositantes no total da carteira de depósitos atingiu 72% em 2014.

Quanto a Qualidade dos Activos, o rácio do crédito vencido sobre o crédito bruto total registou uma melhoria de 2,67 p.p fixando-se em 10,87% contra 13,5% em 2013. Quanto ao rácio de imparidade de crédito a clientes sobre o crédito total passou para 4,6% em 2014 contra 5,2% em 2013.

Prudenciais

Os **Fundos Próprios** da Instituição registaram uma variação negativa de 20,8%, situando-se em 1.173 Milhões de escudos contra 1.482 Milhões de escudos em Dezembro de 2013, derivado da redução dos empréstimos subordinados de cerca de 750 Milhões de escudos.

O **Rácio de Solvabilidade** registou uma diminuição face a Dezembro de 2013, passando de 21,91% para 17,05%, cuja variação foi de -22,2%, em consequência da redução dos Fundos Próprios.

A **Cobertura de Imobilizado**, tendo em conta que não pode apresentar um grau de cobertura inferior a 100% e não ultrapassar o valor dos fundos próprios, registou um grau de cobertura de 494,8% contra 510,9% do ano 2013.

O rácio que relaciona os Títulos de Dívida Pública com os recursos de clientes apresenta um excesso na ordem dos 3.511 Milhões escudos fazendo com que o Banco tenha em aplicações em títulos 49% do total das suas responsabilidades da carteira de clientes, acima do mínimo de 5% exigido pelo Banco Central.

12. Aprovação do Conselho de Administração

Os administradores do BAI Cabo Verde são os responsáveis pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras e demais informações contidas neste relatório.

É convicção da Administração que para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os activos do Banco sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 auditadas e constantes das páginas seguintes foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13/02/2015, e vão ser assinadas em seu nome por:

Luís Filipe Rodrigues Lélis
Presidente do Conselho de Administração

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves
Presidente da Comissão Executiva

Jorge Manuel da Silva e Almeida
Administrador não Executivo

Carla Monteiro do Rosário
Administradora Executiva

David Luís Dupret Hopffer Almada
Administrador Executivo

13. Demonstrações Financeiras

A. Balanço

ECV

Rubricas	Notas / Quadros anexos	Valor Bruto	Provisões, Imparidade e amortizações	Valor Liquido	Valor Líquido
		2014			2013
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	1.216.160.061	-	1.216.160.061	681.149.177
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	1.200.907.471	-	1.200.907.471	49.857.839
Activos financeiros detidos para negociação	8	4.021.543.419	-	4.021.543.419	2.785.200.140
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	9	1.143.510	-	1.143.510	1.143.510
Aplicações em instituições de crédito	10	2.555.876.095	-	2.555.876.095	2.021.926.509
Crédito a Clientes	11	4.891.220.057	226.845.129	4.664.374.928	4.868.630.313
Investimentos detidos até à maturidade	12	-	-	-	189.106.373
Activos não correntes detidos para venda	13	997.497.085	5.148.950	992.348.135	168.508.571
Outros activos tangíveis	14	608.276.726	374.786.282	233.490.444	286.406.064
Activos intangíveis	15	61.629.769	25.831.434	35.798.335	61.788
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	16	-	-	-	147.351.831
Activos por impostos correntes	17	8.876.871	-	8.876.871	8.477.975
Activos por impostos diferidos		-	-	-	-
Outros Activos	18	207.360.537	33.925.242	173.435.295	187.585.008
Total de activos		**15.770.491.600**	**666.537.037**	**15.103.954.563**	**11.395.405.097**
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação				-	-
Recursos de outras instituições de crédito	19			5.711.955.168	5.019.692.268
Recursos de clientes e outros empréstimos	20			8.046.724.256	4.285.504.353
Provisões				-	-
Outros passivos subordinados	21			250.294.886	1.000.659.146
Outros passivos	18			79.314.451	87.280.430
Total de Passivo				**14.088.288.760**	**10.393.136.198**
Capital					
Capital	24			2.330.795.000	2.330.795.000
Reservas de reavaliação				- 7.116	- 7.116
Outras reservas e resultados transitados	25			- 1.328.518.985	- 1.189.277.882
Resultado do exercício				**13.396.904**	**- 139.241.103**
(Dividendos antecipados)					
Total de Capital				**1.015.665.803**	**1.002.268.899**
Total de Passivo + Capital				**15.103.954.563**	**11.395.405.097**

B. Demonstração de Resultados

ECV

Rubricas	Notas / Quadros anexos	2014	2013
Juros e rendimentos similares	26	633.131.686	586.668.248
Juros e encargos similares	26	233.461.096	230.354.365
Margem Financeira		**399.670.590**	**356.313.883**
Rendimentos de instrumentos de capital		-	3.053
Rendimentos com serviços e comissões	27	53.360.333	52.470.387
Encargos com serviços e comissões	27	10.461.500	5.622.491
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	28	- 338.276	40.962.632
Resultados de reavaliação cambial	29	27.848.407	20.466.350
Resultados de alienação de outros activos	30	18.383.010	- 61.472
Outros resultados de exploração	31	579.821	5.660.286
Produto Bancário		**489.042.385**	**470.192.628**
Custos com pessoal	32	155.191.849	155.704.068
Gastos gerais administrativos	33	177.683.987	203.773.576
Amortizações do exercício	14,15	53.376.692	72.841.106
Provisões líquidas de reposições e anulações		-	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	11	68.986.651	142.389.383
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	18	20.406.302	16.187.079
Resultados antes de Impostos		**13.396.904**	**- 120.702.584**
Impostos		-	-
Diferidos		-	18.538.519
Resultados após Impostos		**13.396.904**	**- 139.241.103**

C. Demonstração de Rendimento Integral

	31-Dez-14	31-Dez-13
Resultado Líquido	**13.396.904**	**-139.241.103**
Activos financeiros disponíveis para venda		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	-	-
Impacto fiscal	-	-
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	**0**	**0**
Rendimento Integral Individual	**13.396.904**	**-139.241.103**

D. Demonstração de Alterações no Capital Próprio

	Capital social	Outros instrumentos de capital próprio	Acções próprias	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado liquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2013	**2.000.000.000**	**-**	**-**	**- 7.116**	**- 1.037.927.342**	**- 151.350.540**	**810.715.002**
Outros movimentos registados directamente no capital próprio							
Reservas de alterações no justo valor	-	-	-		-	-	-
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-
							-
Realização de capital	330.795.000	-	-	-	-	-	330.795.000
Prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de outras reservas	-	-	-	-	-	-	-
Resultado liquido do exercício	-	-	-	-	-	- 139.241.103	- 139.241.103
Resultados transitados	-	-	-	-	- 151.350.540	151.350.540	-
Variação de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	**2.330.795.000**	**-**	**-**	**- 7.116**	**- 1.189.277.882**	**- 139.241.103**	**1.002.268.899**
Outros movimentos registados directamente no capital próprio							
Reservas de alterações no justo valor	-	-	-		-	-	-
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-
							-
Realização de capital	-	-	-	-	-	-	-
Prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de outras reservas	-	-	-	-	-	-	-
Resultado liquido do exercício	-	-	-	-	-	13.396.904	13.396.904
Resultados transitados	-	-	-	-	- 139.241.103	139.241.103	-
Variação de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	**2.330.795.000**	**-**	**-**	**- 7.116**	**- 1.328.518.985**	**13.396.904**	**1.015.665.803**

E. Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2014	2013
Fluxo de caixa proveniente de actividades operacionais		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	684.941.855	587.708.344
Juros, comissões e outros proveitos pagos	- 176.689.754	- 163.636.878
Outros pagamentos e recebimentos operacionais	- 205.034	15.263.115
Pagamentos a empregados e fornecedores	- 323.975.555	- 318.770.632
Fluxo de caixa proveniente do resultado operacional antes da variação dos activos e passivos operacionais	***184.071.512***	**120.563.948**
(Aumentos) Diminuições de activos operacionais		
Depósitos em Bancos Centrais	-	-
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis par	- 1.219.215.724	- 1.008.958.643
Activos financeiros detidos até a maturidade	190.000.000	310.000.000
Aplicações em instituições de crédito	- 533.850.200	- 1.463.010.800
Créditos sobre clientes	- 575.887.578	- 519.525.274
Outros activos	- 5.740.533	- 111.826.288
Aumentos (Diminuições) de passivos operacionais		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	701.230.170	435.467.265
Recuros de clientes	3.742.292.763	1.863.078.566
Outros passivos	- 4.871.724	- 28.361.868
Fluxo de caixa líquido proveniente de actividades operacionais	***2.293.957.174***	**- 523.137.042**
Fluxo de caixa proveniente de actividades de investimento		
Aquisição de activos intangíveis	- 14.164.734	-
Aquisição de activos tangíveis	- 1.659.002	- 3.315.065
Receitas de venda de activos tangíveis	-	111.488
Fluxo líquido proveniente de actividades de investimento	***- 15.823.736***	**- 3.203.577**
Fluxo de caixa proveniente de actividades de financiamento		
Emissão de dívida titulada e subordinada	- 750.000.000	-
Realização de capital	-	330.795.000
Prestações suplementares	-	-
Juros e gastos similares	- 59.000.000	- 58.993.358
Fluxo de caixa líquido proveniente de actividades de financiamento	***- 809.000.000***	**271.801.642**
Variação líquido de Caixa e equivalentes de caixa	1.653.204.949	- 133.975.029
Caixa e equivalentes de caixa no início do periodo	731.007.016	843.496.752
Efeitos de diferenças de câmbio em Caixa e seus equivalentes	32.855.567	21.485.293
Caixa e Equivalentes de caixa no final do periodo	**2.417.067.532**	**731.007.016**

14. Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados

O Conselho de Administração propõe, tendo em consideração as disposições legais e estatutárias, que o resultado líquido no montante de 13.396.904$00 (Treze milhões, trezentos e noventa e seis mil, novecentos e quatro escudos cabo-verdianos) seja totalmente utilizado para cobertura dos prejuízos dos exercícios anteriores.

15. Notas às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em Escudos Cabo-verdianos)

ENQUADRAMENTO

O Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A. (BAICV ou BAI Cabo Verde, S.A.) é uma instituição de crédito de capitais privados, constituída sob a forma de sociedade anónima por escritura pública em 31 de Março de 2008, com o NIF 254746420, registada na Conservatória do Registo Predial, Comercial e Automóvel da Praia com o n.º 2728, registada no Banco de Cabo Verde com o n.º 01/2008, tendo iniciado a sua actividade em 21 de Outubro de 2008.

A sede do Banco está localizada no edifício BAI Center, Avenida de Lisboa, Chã D'Areia, na cidade da Praia.

Com um capital social de 2.330.795.000$00 (dois mil milhões, trezentos e trinta milhões, setecentos e noventa e cinco mil escudos cabo-verdianos), totalmente realizado, o Banco tem como principais accionistas o BAI - Banco Angolano de Investimentos, S.A., a Sonangol Cabo Verde - Sociedade de Investimentos, S.A. e a SOGEI- Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.

O BAICV apresenta-se como um banco universal, podendo praticar todas as operações bancárias e financeiras permitidas por lei. Entretanto, o Banco tem como estratégia o desenvolvimento de actividade de banca de empresas, *Project finance*, banca de investimentos e *private banking*.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do BAI Cabo Verde, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco, em 13/02/2015, devendo os mesmos ser sujeitos à aprovação da Assembleia Geral, convocada para o efeito, a realizar em 31/03/2015.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão reportam ao BAICV enquanto instituição individual e encontram-se expressas em Escudos Cabo-verdianos (ECV), sendo os montantes divulgados nas Demonstrações Financeiras referidos à unidade daquela moeda.

NOTA 1 - BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE

As Demonstrações Financeiras do BAICV foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental, mantidos de acordo com os princípios consagrados no Novo Plano de Contas (Conforme o Anexo à Instrução nº135/2009 do BCV), e demais disposições emitidas pelo Banco de Cabo Verde, na sequência da competência que lhe é conferida pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As Demonstrações Financeiras do Banco referente aos exercícios de 2013 e 2014, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF ou IFRS), tal como determinado pelo Banco de Cabo Verde no seu aviso nº 2/2007, e são directamente comparáveis.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Alterações introduzida
Emenda às normas: · IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas; · IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades (Entidades de investimento)	01-Jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 32 – Compensação entre activos e passivos financeiros	01-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 36 – Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros)	01-Jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação
Emenda à norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	01-Jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	01-Jan-14	Esta interpretação vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Não se verificaram efeitos nas demonstrações financeiras do Banco do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, decorrentes da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, encontram-se disponíveis para adopção antecipada, à data de aprovação destas demonstrações financeiras:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013)	01-Jan-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com as normas IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 3 – Concentração de Actividades Empresariais, IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor e IAS 40 – Propriedades de Investimento.
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (2009) e emendas posteriores	01-Jan-18	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de activos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 14 – Activos regulados	01-Jan-16	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adoptem pela primeira vez as IFRS/IAS, aplicáveis a activos regulados.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	01-Jan-17	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.
Emenda à norma IFRS 11 – Acordos Conjuntos	01-Jan-16	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de activos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
Emendas às normas IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis e IAS 38 – Activos Intangíveis	01-Jan-16	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adoptem pela primeira vez as IFRS/IAS, aplicáveis a activos regulados.
Emendas às normas IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis e IAS 40 – Agricultura	01-Jan-16	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.
Emenda à norma IAS 19 – Benefícios dos empregados	01-Jan-16	Esta emenda vem clarificar a IFRS 3 ser aplicada quando um investidor adquire um interesse numa entidade conjuntamente controlada quando a mesma consiste num negócio conforme definido pela referida norma. A aplicação da IFRS 3 é requerida na aquisição do interesse inicial e na aquisição subsequente de interesses.
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente	01-Jan-16	Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de activos fixos tangíveis e de activos intangíveis que são permitidos.
Emenda à norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	01-Jan-16	Estas emendas vêm estabelecer que os activos biológicos que se enquadram na definição de plantas portadoras devem ser contabilizados como activos fixos tangíveis.
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades e IAS 28 –	01-Jan-16	Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Divulgações)	01-Jan-16	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de activos entre o investidor e a associada ou a entidade conjuntamente controlada.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclos 2010-2012 e 2012-2014)	01-Jan-16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização de investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

É convicção do Conselho de Administração que a aplicação destas novas normas e interpretações não terá um impacto material nas demonstrações financeiras do Banco.

NOTA 2 - PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.1. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.1.1. ACTIVOS FINANCEIROS

Os activos financeiros são reconhecidos pelo BAICV na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

O BAICV classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, créditos e outros valores a receber, activos financeiros detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda.

A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação o justo valor é o montante pelo qual um activo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efectuar a transacção. Na data de transacção ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efectuada a transacção.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

(i) Preços de um mercado activo;

(ii) Técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("discounted cash flows") conforme seja apropriado; ou

(iii) Preços obtidos junto de contraparte independente.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efectuado ao custo de aquisição.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.1.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta categoria inclui os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros designados na opção de justo valor.

Um activo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respectivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

(i) eliminem ou reduzam significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes, denominada "uma falta de balanceamento contabilística");

(ii) um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou

(iii) se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo o IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

A avaliação destes activos é efectuada periodicamente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidos em resultados.

2.1.3 CRÉDITO E OUTROS VALORES A RECEBER E PROVISÕES

Os créditos e outros valores a receber compreendem todos os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a actividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo operações de locação financeira mobiliária e imobiliária, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e não podem ser reclassificados para as restantes categorias de activos financeiros.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método pró-rata temporis, quando se tratem de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

Os créditos a clientes apenas são abatidos ao balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem substancialmente transferidos todos os riscos e benefícios associados à sua pertença.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam um (1) mês após o seu vencimento. Considera igualmente nestas situações, o montante do capital vincendo associado ao vencido. Os juros de crédito vencidos, são abatidos ao activo 90 dias após a data de vencimento da prestação em atraso.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados em contas extra-patrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando:

(i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial; e

(ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Na determinação das imparidades de crédito o Banco utiliza um modelo, que assenta nos seguintes principais pressupostos:

(i) Identificação de créditos com sinais de imparidade: crédito em mora há mais de 90 dias; clientes com mais de 2 cheques devolvidos num espaço de 6 meses; clientes que verifiquem cumulativamente dois dos seguintes sinais: (a) créditos em mora; (b) cheques devolvidos num espaço de 6 meses; (c) Entrada na Central de Incidentes de Cheques (CIC); e (d) realização de pagamentos atrasados num espaço de 6 meses;

(ii) Análise individual: para a carteira significativa, tendo em consideração as estimativas de recuperação efectuadas à data de reporte. Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato.

(iii) Análise colectiva: para a carteira não sujeita à análise individual, tendo em consideração o cálculo da *Probability of Default* (PD) e do *Loss Given Default* (LGD).

O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade.

2.1.4. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Os investimentos a deter até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determinados e maturidade fixa, que o BAICV demonstrou intenção e capacidade de manter até à maturidade. A venda de uma parte significativa destes activos dá origem a uma reclassificação para a rubrica de disponíveis para venda.

No reconhecimento inicial os activos financeiros detidos até à maturidade são registados pelo justo valor, que geralmente inclui valores de comissões ou taxas.

Posteriormente, estes activos financeiros são valorizados ao custo amortizado de acordo com o método de taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros corridos, as diferenças entre o valor de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e os valores de comissões ou taxas consideradas incrementais são registados em resultados (de acordo com o método de taxa efectiva).

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquido da imparidade reconhecida.

2.1.5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta categoria inclui:

(i) Activos cuja intenção é a sua detenção por um período de tempo indeterminado incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade;

(ii) outros instrumentos financeiros que no reconhecimento inicial aqui foram enquadrados, ou

(iii) não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39, acima descritas**.**

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda são registados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

As variações, ganhos ou perdas, resultantes de alterações no justo valor destes activos são reconhecidas nos capitais próprios na rubrica de reservas de reavaliação, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros corridos, diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e comissões incrementais, são registados em resultados, de acordo com o método de taxa efectiva. Os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os indícios de evidência de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, são:

(i) para títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação; e

(ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa do activo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.2. PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados:

(i) Inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos; e

(ii) Subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Caso o Banco recompre dívida emitida, esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registada em resultados.

2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os Instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negoceia os contratos e são subsequentemente reavaliados ao justo valor. O justo valor é obtido através de preços de mercados cotados em mercados activos, incluindo transacções de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente: modelos de fluxos de caixa descontados.

Os derivados são considerados como activos no balanço, quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo, e com ganhos e perdas reconhecidos em resultados do exercício.

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rendibilidade de instrumentos de dívida ao valor das acções ou índices de acções, são bifurcados e tratados como derivados separados, quando o seu risco e características económicas não sejam íntima e claramente relacionadas com os do contrato hospedeiro e este não for mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os derivados são também registados em contas extra-patrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional).

2.4. ACTIVOS E PASSIVOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "*multi-currency*", sendo cada operação registada exclusivamente em função das respectivas moedas.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para escudos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As conversões ou os valores em moeda estrangeira, são convertidos para ECV e as diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

A) POSIÇÃO CAMBIAL À VISTA

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo de permuta de divisas e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Cabo Verde, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos.

B) POSIÇÃO CAMBIAL A PRAZO

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respectivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em escudos às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

2.5. RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.6. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

(i) Rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;

(ii) Rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos no período a que se referem; e

(iii) Rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Os rendimentos de serviços e comissões associados à prestação de serviços na área de "*Corporate Finance*" são reconhecidos em resultados, na medida em que são prestados por contrapartida da rubrica de Outros activos, independentemente de serem de imediato facturados, ou quando o plano financeiro difere do plano de realização do trabalho e assim dá origem ao registo dos acréscimos de proveitos associados. Os custos inerentes a estes serviços são essencialmente constituídos por custos com o pessoal, que são registados em resultados, na rubrica correspondente, à medida que são incorridos.

2.7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O Banco regista nesta rubrica, essencialmente, custos de aquisição de sistemas informáticos, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição e amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período de três (3) anos a dez (10) anos.

Os custos de manutenção de *software* são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.8. ACTIVOS TANGÍVEIS

Encontram-se nesta rubrica os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são directamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

As amortizações dos activos tangíveis e intangíveis, são calculadas segundo o método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondendo ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Obras em edifícios arrendados	20
Mobiliário e Material	8 -12
Máquinas e Ferramentas	4 - 6
Equipamento Informático	4 - 5
Instalações Interiores	8
Material de Transporte	8
Material de Segurança	10
Outros equipamentos	10
Activos intangíveis	3 - 10

Os custos subsequentes com activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas de manutenção e reparação são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Estes activos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é o maior de entre o valor de mercado do activo deduzido de custos de venda e o seu valor de uso.

2.9. LOCAÇÃO FINANCEIRA

A contabilização de um contrato de locação é efectuada de acordo com o tipo de contrato, isto é, se o Banco assume o papel de locador ou locatário:

Como Locador:

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como Locatário:

Os activos adquiridos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo imobilizado e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros e encargos suportados são registados como custos financeiros durante o prazo da locação.

2.10. PROVISÕES E IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS

As provisões são reconhecidas quando:

(i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva;

(ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e

(iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidos indícios de imparidade sempre que:

(iv) se verifique incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente nos pagamentos de juros ou capital;

(v) se verifiquem dificuldades financeiras significativas do devedor ou emissor da dívida;

(vi) se verifique existência de elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou emissor da dívida;

(vii) se verifique comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal possa não ser recuperado na totalidade;

(viii) se conheça informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; ou

(ix) se verifique um declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

2.11. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

O Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

O Banco poderá atribuir remunerações extraordinárias aos empregados, não decorrentes de obrigações contratuais. Estas remunerações são atribuídas por deliberação do Conselho de Administração, numa data não determinada de um dado exercício e são pagas nesse mesmo exercício.

No entanto sempre que se verifiquem determinados pressupostos, designadamente o cumprimento por excesso dos objectivos de negócio previstos para o período, poderá o Conselho de Administração prever nesse período uma dotação para remuneração extraordinária a ser paga aos colaboradores.

2.12. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual a um preço considerado razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Nos casos em que o activo não seja alienado no prazo de um ano, o Banco avalia se continuam a ser cumpridos os requisitos, nomeadamente a venda não ocorreu por razões alheias ao Banco, que o Banco desenvolveu todas acções necessárias para a venda se pudesse concretizar e que o activo continua a ser activamente publicitado e a preços de venda razoáveis face às circunstâncias de mercado.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.13. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto Único sobre Rendimento (Decreto-Lei nº1/96, de 15 de Janeiro).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria colectável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor.

O Banco regista impostos diferidos decorrentes (i) das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, para efeitos de tributação em sede de IUR, e (ii) dos prejuízos fiscais apurados a utilizar em exercícios futuros. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são deduzidos aos lucros tributáveis, de um ou mais dos três exercícios seguintes.

2.14. VALORES RECEBIDOS EM DEPÓSITO

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos que compõem carteiras de clientes, encontram-se registados pelo seu valor de mercado e caso não exista, ao valor nominal.

2.15. CAPITAL

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.
Todos os custos directamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.
As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.16. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" as disponibilidades em caixa, as disponibilidades em bancos centrais, bem como as disponibilidades em instituições de crédito.

2.17. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

A) PERDAS POR IMPARIDADE NO CRÉDITO A CLIENTES

O Banco aprecia a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de registar perdas por imparidade. Esta avaliação é efectuada pelo Banco com base no conhecimento específico da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações de crédito.

B) JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS NÃO COTADOS OU COTADOS EM MERCADO NÃO ACTIVO

O justo valor destes activos foi determinado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados.

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

O Banco encontra-se exposto a diversos tipos de riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado, risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez.

O processo de gestão dos riscos do Banco respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da actuação de cada uma das áreas envolvidas.

Os riscos da actividade do Banco, nomeadamente os riscos de crédito, de taxa de juro, de câmbio, de liquidez, operacional e de compliance, são analisados e controlados pelo Conselho de Administração do Banco tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado. Complementarmente, existe um conjunto de procedimentos de controlo instituídos que garante um nível de risco adequado.

A verificação pelo órgão responsável da realização dos objectivos e orientações estabelecidos, é garantida pela existência de um sistema de "*reporting*" de periodicidade variável em função da natureza dos riscos, que permite aferir com rigor e tempestividade da evolução das principais variáveis de negócio e conferir capacidade de gestão pró-activa.

3.1. RISCO DE CRÉDITO

O Banco assume exposições de risco de crédito, que se traduzem na possibilidade de perda de valor do activo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade da contraparte em assegurar os seus compromissos para com o Banco.

A actividade comercial do Banco, relativamente à concessão de crédito situa-se na sua totalidade no espaço nacional, do que resulta a inexistência de activos sujeitos a risco país; por outro lado a maior parte das operações de médio e longo prazo encontram-se colateralizadas por garantias reais.

O processo de controlo do risco de crédito, passa pela análise rigorosa que incide sobre cada uma das propostas de créditos presentes ao Órgão competente para sua aprovação. Estão estabelecidos nos manuais de controlo interno do Banco quais os requisitos para que o crédito seja aprovado. Após a aprovação, a performance do crédito é monitorizada regularmente permitindo a antecipação de eventuais dificuldades de cumprimento e a identificação imediata de incumprimentos. Este acompanhamento e o diálogo que, nessas circunstâncias é estabelecido com os mutuários em questão, têm permitido na generalidade dos casos, não só a cabal regularização das moras incorridas, mas ainda o atento acompanhamento das condições em que os mesmos se encontram a operar, prevenindo e antecipando as consequências da sua eventual deterioração.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito que assume através de limites estabelecidos de montantes de risco aceitável em relação ao mutuário ou grupo de mutuários, designadamente para montantes que possam vir a configurar-se como grandes riscos.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida conforme apresentado nos quadros abaixo:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS	31-Dez-14		
	Valor Contabilístico	Provisões e Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
Patrimoniais			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1216.160.061		1216.160.061
Disponibilidades em OIC's	1200.907.471		1200.907.471
Aplicações em IC	2.555.876.095		2.555.876.095
Créditos a Clientes	4.891220.057	226.845.129	4.664.374.928
Activos Financeiros Detidos para Negociação	4.021543.419		4.021543.419
Investimentos detidos até à maturidade	-		-
Activos Financeiros disponíveis para venda	1143.510		1143.510
Outros activos	201344.200	33.925.242	167.418.958
Total Patrimoniais	**14.088.194.813**	**260.770.371**	**13.827.424.442**
Extra-Patrimoniais			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	330.567.040		330.567.040
Créditos documentários abertos	16.521225		16.521225
Compromissos Perante Terceiros (Revogáveis)	415.644.094		415.644.094
Total Extra-Patrimoniais	**762.732.359**		**762.732.359**
Total	**14.850.927.172**	**260.770.371**	**14.590.156.801**

INSTRUMENTOS FINANCEIROS	31-Dez-13		
	Valor Contabilístico	Provisões e Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
Patrimoniais			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	681149.177		681149.177
Disponibilidades em OIC's	49.857.839		49.857.839
Aplicações em IC	2.021926.509		2.021926.509
Créditos a Clientes	5.137.753.238	269.122.925	4.868.630.313
Activos Financeiros Detidos para Negociação	2.785.200.140		2.785.200.140
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	189.106.373		189.106.373
Activos Financeiros disponíveis para venda	1143.510		1143.510
Outros activos	198.057.386	16.187.079	181870.307
Total Patrimoniais	**11.064.194.172**	**285.310.004**	**10.778.884.168**
Extra-Patrimoniais			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	345.144.634		345.144.634
Créditos documentários abertos	189.330.495		189.330.495
Compromissos Perante Terceiros (Revogáveis)	264.440.287		264.440.287
Total Extra-Patrimoniais	**798.915.416**		**798.915.416**
Total	**11.863.109.588**	**285.310.004**	**11.577.799.584**

Os quadros anteriores representam o pior cenário (worst case scenario) a nível de exposição do Banco a risco de crédito de clientes em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, pois não foram tidas em consideração as garantias detidas ou outras melhorias de crédito.

No que se refere à mensuração do risco de crédito, o Banco avalia regularmente a existência de evidência de situações de risco no âmbito do reporte para o Banco de Cabo Verde.

Neste contexto a metodologia e os pressupostos utilizados no cálculo da imparidade são apreciados pela Comissão Executiva.

Tendo em consideração a dimensão da carteira de crédito, a metodologia utilizada na mensuração do respectivo risco assenta em larga medida na análise individual das operações vivas e vencidas em cada data de apreciação.

Para os activos em balanço, a exposição definida é baseada no montante escriturado como reportado na face do Balanço.

Em 31 de Dezembro de 2014, o número de operações de crédito com prestações de capital vencidos era de 75 (72 em 31 de Dezembro de 2013).

O saldo das operações de crédito que registam incumprimento nos prazos indicados a 31 de Dezembro de 2014 resume com se segue:

	1a 30 dias	31a 60 dias	61a 90 dias	91a 180 dias	181a 360 dias	a mais de 360 dias	Total
Empresas	**676.340**	**0**	**151.672.935**	**31.725.817**	**109.954.178**	**157.825.440**	**451.854.710**
Conta Corrente Caucionada			129.249.402			31.050.000	160.299.402
Crédito automóvel				4.624.941	74.421		4.699.362
Crédito Turismo e a Restauracão						420.664	420.664
Crédito Médio e Longo Prazo	676.340		22.423.533	12.028.775	109.879.757	126.354.777	271.363.182
Crédito Hipotecário				15.072.102			15.072.102
Particulares	**5.397.901**	**1.628.880**	**6.393.985**	**4.312.952**	**112.222**	**51.658.388**	**69.504.327**
Crédito Automóvel						515.744	515.744
Crédito Pessoal	1.522.154	1.062.089	1.245.145	610.353		1.138.605	5.578.345
Conta Salário +		566.790	678.301	793.516	112.222	1.517.248	3.668.078
Crédito Habitação	3.875.747		4.470.539	2.909.083		48.486.791	59.742.160
Total	**6.074.241**	**1.628.880**	**158.066.920**	**36.038.769**	**110.066.400**	**209.483.828**	**521.359.038**

Os créditos concedidos a clientes cujos termos tenham sido renegociados, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos. Os procedimentos de reestruturação incluem: alargamento das condições de pagamento, planos de gestão aprovados, alteração e diferimento dos pagamentos. As práticas e políticas de reestruturação são baseadas em critérios que, do ponto de vista da gestão do Banco, indiciam que os pagamentos têm elevada probabilidade de continuar a ocorrer. Estas políticas são mantidas em constante revisão.

A 31 de Dezembro de 2014 a carteira do Banco apresentava 29 operações reestruturadas, as quais totalizavam 981.755.146 escudos cabo-verdianos (16 operações reestruturados a 31 de Dezembro de 2013, no montante de 326.681.985 escudos cabo-verdianos).

A análise dos créditos reestruturados por sector é a seguinte:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Empresas	**901.386.095**	**301.285.247**
Conta Corrente Caucionada	28.050.000	47.640.598
Crédito Médio e Longo Prazo	871.686.348	251.839.649
Crédito Automóvel	1.649.748	1.805.000
Particulares	**74.041.450**	**25.396.737**
Crédito Salário +	315.571	148.000
Crédito Habitação	71.333.349	25.248.737
Crédito Pessoal	2.392.530	0
Empregados	**6.327.601**	**0**
Crédito Habitação	6.327.601	
Total	**981.755.146**	**326.681.985**

Qualidade do crédito não vencido e sem imparidade

O quadro abaixo foi elaborado com base nos seguintes pressupostos:

i) Considerou-se como sinal de incumprimento o facto de o cliente apresentar "sinais de imparidade";

ii) Considerou-se o saldo vencido e vincendo das operações que registam incumprimento nos prazos nas datas de referência;

	31-Dez-14		31-Dez-13	
	Clientes sem incumprimento	Clientes com incumprimento	Clientes sem incumprimento	Clientes com incumprimento
Empresas	**3.112.353.146**	**564.939.282**	**3.127.179.700**	**691.075.914**
Descoberto em depósitos à ordem	95.427.848	25.870.125	21816.859	16.180.175
Crédito Automóvel	38.977.802	5.754.025	22.513.675	3.660.965
Crédito ao Turismo e Restauração		420.664		420.664
Conta Corrente Caucionada	262.099.975	162.799.402	624.108.240	34.050.000
Crédito à Construcão	22.084.234	40.774.944	77.035.443	3.676.800
Crédito Modernização e Expansão			12.993.507	
Crédito Hipotecário	2.730.215	27.945.554	2.984.280	28.862.403
Crédito Médio e Longo Prazo	2.688.950.673	301374.569	2.365.727.695	600.545.184
Credito Habitação	2.082.399			3.679.724
Particulares	**541.752.959**	**87.037.785**	**475.897.838**	**67.703.030**
Descoberto em depósitos à ordem	15.867.799	6.346.886	6.529.330	1264.473
Conta Corrente Caucionada				4.300.000
Crédito Automóvel	30.353.442	515.744	36.568.008	515.744
Crédito Habitação	292.450.331	59.742.160	263.381013	51415.755
Crédito Construção	13.491398		15.101670	
Crédito Hipotecário	15.908.567		16.189.378	
Crédito Medio e Longo Prazo	38.603.784	9.578.844	36.770.224	
Crédito Pessoal	102.480.895	6.797.182	71686.091	7.633.174
Crédito Salário Funcionário	587.110	372.407	952.548	
Crédito Salário +	32.009.632	3.684.563	28.719.576	2.573.884
Empregados	**152.295.117**	**0**	**138.047.307**	**0**
Descoberto em depósitos à ordem			148.445	
Crédito Automóvel	5.050.635		3.585.167	
Crédito Habitação	132.181457		116.066.056	
Crédito Pessoal	359.773		621464	
Crédito Salário Funcionário	14.703.251		17.395.059	
Crédito Salário +			231116	
Total	**3.806.401222**	**651977.067**	**3.741124.845**	**758.778.944**

Créditos individualmente considerados em imparidade

A divisão do montante bruto de créditos a clientes individualmente considerados em imparidade resulta com se segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Empresas	**434.386.259**	**1819.337.424**
Conta Corrente Caucionada	157.299.402	180.905.891
Crédito à Construção		3.676.800
Crédito Automóvel		3.173.652
Crédito Habitação		3.679.724
Descoberto Autorizado	17.246.034	13.886.502
Crédito Hipotecário		15.276.381
Crédito Médio e longo prazo	259.420.159	1598.317.811
Crédito ao Turismo e Restauração	420.664	420.664
Particulares	**51234.662**	**72.687.580**
Conta Corrente Caucionada		4.300.000
Crédito Automóvel	515.744	515.744
Crédito Habitação	48.486.791	60.506.791
Crédito Pessoal	61941	4.103.842
Crédito Salário +	1662.618	2.408.852
Descoberto Autorizado	507.569	852.351
Total	**485.620.920**	**1892.025.004**

3.2. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado surge na medida em que o Banco pode estar sujeito à possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em cotações de acções, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio.

O risco de mercado está associado, principalmente, à detenção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital em moedas, mercadorias ou derivados.

O risco de mercado inerente à carteira de negociação e de valores mobiliários detida pelo BAICV é objecto de definição de limites pelo Órgão do Banco (Comité de Investimento) competente para o efeito (por classes de activos, qualidade de risco das entidades emitentes de dívida, mercados/regiões geográficas susceptíveis de investimento, níveis de *stop loss* na carteira de negociação, etc.), bem como a rendibilidade esperada em cada caso, procedendo aquele mesmo Órgão à periódica avaliação de desempenho e revisão das orientações de investimento em função da avaliação das tendências de mercado.

	31-Dez-14	**31-Dez-13**
Títulos		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública caboverdiana	4.021543.419	2.975.200.140
De outros residentes	439.791478	632.889.067
Total	**4.461334.897**	**3.608.089.207**

3.3. RISCO CAMBIAL

O risco de câmbio consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos da taxa de câmbio.

Este risco tem por base alterações no preço de Instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira (risco de transacção); alteração no valor contabilístico pela conversão para a moeda de escrituração das posições abertas em moeda estrangeira (risco de conversão); e alteração da posição competitiva do Banco devido a variações significativas das taxas de câmbio (risco económico de taxa de câmbio).

Os impactos negativos emergentes de flutuações de taxa de câmbio de curto prazo (risco de transacção) decorrem, normalmente, da actividade de negociação da instituição, incluindo "*market making*" e tomada e posições em moeda externa, pelo que a sua avaliação se encontra abrangida pelos tópicos do Risco de Mercado.

O contravalor, em escudos cabo-verdianos, dos elementos à vista do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira, à data de 31 de Dezembro de 2014 e 2013, decompõem-se como segue:

31-Dez-14

	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	XOF	JPY	CAD	NOK	DKK	TOTAL
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	81427.946	10.593.639	439.058	3.178.323	179.690	0	0	0	14.634	0	95.833.289
Disponibilidades em OIC's no Exterior	1088.275.039	91611.982	2.251.172	2.681.717	15.944	0	19.337	0	0	0	1.184.855.192
Aplicações em OIC's	1874.507.603	181361.642	0	0	0	0	0	0	0	0	2.055.869.245
Crédito a Clientes	652	4.518.324	0	0	0	0	0	0	0	0	4.518.976
Total Activo	**3.044.211.240**	**288.085.587**	**2.690.230**	**5.860.041**	**195.634**	**0**	**19.337**	**0**	**14.634**	**0**	**3.341076.702**
Recursos de OIC's	5.462.573.064	9.653.854	0	0	0	0	0	0	0	0	5.472.226.918
Recursos de Clientes	2.745.045.530	244.712.799	187.829	0	0	0	0	0	0	0	2.989.946.159
Outros passivos	8.220.359	4.513.130	0	0	0	0	0	0	0	0	12.733.490
Total Passivo	**8.215.838.953**	**258.879.783**	**187.829**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**8.474.906.566**
Exposição líquida	**-5.171627.714**	**29.205.804**	**2.502.401**	**5.860.041**	**195.634**	**0**	**19.337**	**0**	**14.634**	**0**	**-5.133.829.863**

31-Dez-13

	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	XOF	JPY	CAD	NOK	DKK	TOTAL
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	94.660.849	25.305.116	237.299	490.207	6.175	0	0	6.722	19.631	0	120.725.998
Disponibilidades em OIC's no Exterior	19.722.920	6.725.117	363.460	2.020.162	16.920	0	19.389	0	0	0	28.867.967
Aplicações em OIC's	0	864.012.000	0	0	0	0	0	0	0	0	864.012.000
Total Activo	**114.383.768**	**896.042.233**	**600.758**	**2.510.369**	**23.095**	**0**	**19.389**	**6.722**	**19.631**	**0**	**1.013.605.964**
Recursos de OIC's	4.917.614.501	10.847.797	0	0	0	0	0	0	0	0	4.928.462.299
Recursos de Clientes	95.558.901	881218.544	29.296	0	0	0	0	0	0	0	976.806.741
Outros passivos	8.220.359	2.859.203	0	0	0	0	0	0	0	0	11079.562
Total Passivo	**5.021.393.762**	**894.925.544**	**29.296**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**5.916.348.601**
Exposição líquida	**-4.907.009.993**	**1.116.689**	**571.462**	**2.510.369**	**23.095**	**0**	**19.389**	**6.722**	**19.631**	**0**	**-4.902.742.637**

Como decorre da análise destes quadros, o risco cambial do Banco relativamente a moedas diferentes daquela que é a base da sua actividade (escudos cabo-verdianos) é praticamente irrelevante à data de 31 de Dezembro de 2014, se tivermos em consideração que o câmbio do Euro face ao ECV tem paridade fixa.

3.4. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro decorre da possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidade ou de prazos de refixação de taxas de juros, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e as taxas pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extra-patrimioniais.
O quadro abaixo apresenta a sensibilidade do Banco ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, sendo que os prazos apresentados correspondem ao prazo residual que decorre até à próxima actualização ou vencimento de taxa de juro contratada para cada uma das aplicações:

	31-Dez-14								
Instrumentos Financeiros	**Até 1 Mês**	**1 a 3 Meses**	**3 a 6 Meses**	**6 a 12 Meses**	**1 a 2 Anos**	**2 a 5 Anos**	**+5 Anos**	**Insensível**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais								1.216.160.061	1.216.160.061
Disponibilidades em Outras IC								1.200.907.471	1.200.907.471
Aplicações em IC	2.555.861.000							15.095	2.555.876.095
Crédito a clientes	198.203.474	122.591.005	29.281.959	158.251.581	169.866.043	1.663.906.799	2.035.436.927	286.837.140	4.664.374.928
Activos Financeiros Detidos para Negociação				1.086.294.343	1.426.821.757	525.788.873	928.299.278	54.339.168	4.021.543.419
Activos Financeiros disponíveis para venda								1.143.510	1.143.510
Total Activos	2.754.064.474	122.591.005	29.281.959	1.244.545.924	1.596.687.800	2.189.695.672	2.963.736.205	2.759.402.445	13.660.005.484
Recursos de Instituições Financeiras	716.722.500	0	2.536.095.000	2.157.369.119				301.768.549	5.711.955.168
Recursos de Clientes	252.984.751	75.024.803	574.673.779	543.105.660	252.379.646	1.094.053.485	55.000	5.254.447.132	8.046.724.256
Outros passivos subordinados					250.000.000			294.886	250.294.886
Total Passivos	969.707.251	75.024.803	3.110.768.779	2.700.474.779	502.379.646	1.094.053.485	55.000	5.556.510.567	14.008.974.310
Gap de taxa de juro	1784.357.223	47.566.203	-3.081486.820	-1455.928.855	1094.308.154	1095.642.187	2.963.681205		
Gap de taxa de juro acumulado	1784.357.223	1831923.426	-1249.563.394	-2.705.492.249	-1611184.096	-515.541909	2.448.139.296		

Nos prazos 3 a 6 meses e 6 a 12 meses, o BAICV registou um Gap de taxa de juro negativo, ou seja, o banco possui Activos sensíveis a taxa de juro em montante inferior aos Passivos Sensíveis. Este facto significa que o banco está sujeito a perdas em termos de margem financeira, se houver subida nas taxas de juro, e ganhos de margem financeira se as taxas de juro caírem.

Nos prazos até 1 mês, 1 a 3 meses, 1 a 2 anos e 2 a 5 anos e +5 anos, o banco registou Gaps de taxa de juro positivos, ou seja, os Activos Sensíveis foram superiores aos Passivos Sensíveis a taxa de juro.

	31-Dez-13								
Instrumentos Financeiros	**Até 1 Mês**	**1 a 3 Meses**	**3 a 6 Meses**	**6 a 12 Meses**	**1 a 2 Anos**	**2 a 5 Anos**	**+5 Anos**	**Insensível**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais								681.149.177	681.149.177
Disponibilidades em Outras IC								49.857.839	49.857.839
Aplicações em IC	1.962.010.800	60.000.000						-84.291	2.021.926.509
Crédito a clientes	133.499.610	477.782.010	330.377.644	144.185.049	394.603.632	730.434.688	2.236.420.997	421.326.683	4.868.630.313
Activos Financeiros Detidos para Negociação			32.620.000		1.063.000.000	1.285.000.000	309.613.000	94.967.140	2.785.200.140
Activos Financeiros disponíveis para venda								1.143.510	1.143.510
Investimentos detidos até maturidade			190.000.000					-893.627	189.106.373
Total Activos	2.095.510.410	537.782.010	552.997.644	144.185.049	1.457.603.632	2.015.434.688	2.546.033.997	516.459.414	9.866.006.844
Recursos de Instituições Financeiras	330.795.000	1.047.517.500	2.220.911.872	1.117.482.296				302.985.599	5.019.692.268
Recursos de Clientes	92.844.281	1.021759.044	392.365.435	270.636.828	162.832.411	187.980.523		2.157.085.831	4.285.504.353
Outros passivos subordinados						1.000.000.000		659.146	1.000.659.146
Total Passivos	423.639.281	2.069.276.544	2.613.277.307	1.388.119.124	162.832.411	1.187.980.523	0	2.460.730.577	10.305.855.767
Gap de taxa de juro	1671871.129	-1531494.534	-2.060.279.663	-1243.934.075	1294.771221	827.454.165	2.546.033.997		
Gap de taxa de juro acumulado	1671871.129	140.376.595	-1919.903.068	-3.163.837.143	-1869.065.922	-1041611757	1504.422.240		

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco tinha a maioria dos seus activos e passivos indexadas a taxas fixas, pelo que a exposição ao risco de taxa de juros pelo efeito da exposição a taxas variáveis é pouco significativo.

3.5. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez decorre da possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A política de controlo de risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objectivo o financiamento adequado dos seus activos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação regular do seu *gap* de liquidez.

No que diz respeito à análise do risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Cabo Verde, o Banco ainda recorre ao conceito de *gap* de liquidez, isto é, a partir do balanço do Banco, conjugando-o com os vencimentos das operações activas e passivas, obtém-se uma posição desagregada (positiva ou negativa) segundo os prazos residuais de vencimento das operações.

O quadro seguinte apresenta os prazos contratuais residuais relativos aos activos e passivos financeiros pelos respectivos intervalos de maturidade relevantes, no final do mês de Dezembro de 2014 e 2013. Os montantes apresentados são fluxos de caixa contratuais não descontados:

	31-Dez-14						
Instrumentos Financeiros	**À vista**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1a 5 anos**	**+5 Anos**	**Prazo indeterm.**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1.216.160.061						1.216.160.061
Disponibilidades em OIC's no país	16.052.279						16.052.279
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro	1.184.855.192						1.184.855.192
Aplicações em IC		2.555.861.000				15.095	2.555.876.095
Crédito a clientes		320.794.479	187.533.539	1.833.772.842	2.035.436.927	286.837.140	4.664.374.928
Activos Financeiros Detidos para Negociação			1.100.096.410	1.974.658.877	946.788.132		4.021.543.419
Activos Financeiros disponíveis para venda						1.143.510	1.143.510
Activos não correntes detidos para venda				992.348.135			992.348.135
Outros Activos						173.435.295	173.435.295
Total Activos	2.417.067.532	2.876.655.479	1.287.629.949	4.800.779.854	2.982.225.060	461.431.039	14.825.788.913
Recursos de Instituições Financeiras	281.488.006	716.722.500	4.693.464.119			20.280.543	5.711.955.168
Recursos de Clientes	5.177.520.950	362.944.886	1.117.779.439	1.346.433.132	55.000	41.990.849	8.046.724.256
Outros passivos subordinados				250.294.886			250.294.886
Outros Passivos		60.233.117				15.483.194	75.716.311
Total Passivos	5.459.008.956	1.139.900.503	5.811.243.558	1.596.728.018		77.754.586	14.084.690.620
Gap de Liquidez	-3.041.941.424	1.736.754.977	-4.523.613.608	3.204.051.836	2.982.225.060	383.676.453	741.098.293
Gap de Liquidez acumulado	-3.041.941.424	-1.305.186.447	-5.828.800.056	-2.624.748.219	357.476.840	741.153.293	

Apesar do GAP negativo, existe a expectativa e tendo por base o comportamento histórico, da renovação de uma parte significativa dos passivos.

	31-Dez-13						
Instrumentos Financeiros	**À vista**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1a 5 anos**	**+5 Anos**	**Prazo indeterm.**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	681.149.177						681.149.177
Disponibilidades em OIC's no país	20.989.872						20.989.872
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro	28.867.967						28.867.967
Aplicações em IC		2.022.010.800				-84.291	2.021.926.509
Crédito a clientes		611.281.620	474.562.693	1.125.038.320	2.236.420.997	421.326.683	4.868.630.313
Activos Financeiros Detidos para Negociação			32.620.000	2.348.000.000	309.613.000	94.967.140	2.785.200.140
Activos Financeiros disponíveis para venda						1.143.510	1.143.510
Investimentos detidos até a maturidade			189.106.373				189.106.373
Activos não correntes detidos para venda				168.508.571			168.508.571
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				147.351.831			147.351.831
Outros Activos						187.585.008	187.585.008
Total Activos	731.007.016	2.633.292.420	696.289.066	3.788.898.722	2.546.033.997	704.938.049	11.100.459.270
Recursos de Instituições Financeiras	604.532.787	1.047.517.500	3.338.394.169			29.247.812	5.019.692.268
Recursos de Clientes	2.158.212.385	1.090.413.062	663.002.262	350.812.934		23.063.710	4.285.504.353
Outros passivos subordinados				1.000.659.146			1.000.659.146
Outros Passivos		73.116.290				14.164.140	87.280.430
Total Passivos	2.762.745.172	2.211.046.852	4.001.396.431	1.351.472.081		66.475.662	10.393.136.198
Gap de Liquidez	-2.031.738.156	422.245.568	-3.305.107.365	2.437.426.642	2.546.033.997	638.462.387	707.323.072
Gap de Liquidez acumulado	-2.031.738.156	-1.609.492.588	-4.914.599.953	-2.477.173.311	68.860.686	707.323.072	

3.6. GESTÃO DE CAPITAL

O Banco gere o seu capital de forma rigorosa, de forma a optimizar a sua alocação e garantir o cumprimento das normas prudenciais (Avisos nº 3/2007 e 4/2007 do Banco de Cabo Verde).

Conforme evidenciado no quadro abaixo, o Banco apresenta, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, um nível de solvabilidade acima do valor mínimo (10%) fixado pelo Banco de Cabo Verde.

	31-Dez-14	31-Dez-13
Fundos próprios de base elegíveis	967.817.370	1.002.214.227
Fundos próprios complementares	250.007.116	501.114.229
Fundos próprios antes das deduções	**1.217.824.486**	**1.503.328.456**
Parte que excede o limite concentração risco	44.444.816	21.235.722
Insuficiência de liquidez	0	0
Fundos Próprios	**1.173.379.670**	**1.482.092.734**
Total dos activos ponderados	**6.881.682.540**	**6.764.225.751**
Rácio de solvabilidade	**17,05%**	**21,91%**

NOTA 4 - JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor, sempre que possível, é estimado, utilizando cotações em mercados activos.

Nas rubricas em que não é contabilisticamente registado alteração do justo valor, tal facto é justificado pela aproximação razoável ao justo valor da quantia escriturada, tendo por comparação taxas aplicáveis a estes activos à data de referência das demonstrações financeiras para os mesmos prazos.

Tendo em conta a maturidade das operações e o tipo de taxa de juro, o Banco considera não significativa a diferença entre o justo valor e o valor por que se encontram registadas, atendendo a que as taxas aplicáveis a estes activos e passivos são taxas de mercado:

- ✓ Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais:
  - são constituídas por notas e moedas e depósitos à ordem, e atendendo-se ao curto prazo destes activos o justo valor é idêntico ao valor por que se encontram registados.
- ✓ Disponibilidades em outras instituições de crédito:
  - são constituídas por depósitos à ordem, sendo activos de muito curto prazo e as taxas aplicáveis consideradas taxas de mercado, pelo que o justo valor é idêntico ao valor de registo contabilístico.
- ✓ Aplicações em instituições de crédito:
  - tendo por base os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.
- ✓ Crédito a clientes:
  - o justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, sendo efectuado periodicamente testes de imparidade à esta categoria de activos. Neste sentido, o valor recuperável descontado à uma taxa contratualmente definida, é a melhor estimativa dos fluxos a receber do activo.

- ✓ Recursos de clientes:
  - o justo valor é idêntico ao valor por que se encontram registados de acordo com as instruções do cliente, considerando que as taxas aplicáveis estão conforme o nosso preçário, preparado com base na estratégia comercial definida pelo Banco e nas taxas de mercado.
- ✓ Investimentos detidos até à maturidade:
  - tendo por base os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

NOTA 5 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros do Banco decompõem-se conforme segue:

	31-Dez-14					
	Activos Financeiros detidos p/ negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Activos disponíveis para venda	Outros Activos não financeiros	Total
Activo						
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais			1.216.160.061			1.216.160.061
Disponibilidades em OIC's no país			16.052.279			16.052.279
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro			1.184.855.192			1.184.855.192
Aplicações em IC			2.555.876.095			2.555.876.095
Crédito a clientes			4.664.374.928			4.664.374.928
Activos Financeiros Detidos para Negociação	4.021.543.419					4.021.543.419
Activos Financeiros disponíveis para venda				1.143.510		1.143.510
Outros Activos			201.344.200		6.016.337	207.360.537
Total	**4.021.543.419**	**0**	**9.838.662.755**	**1.143.510**	**6.016.337**	**13.867.366.021**

	31-Dez-14		
	Outros passivos financeiros	Outros Passivos não financeiros	Total
Passivo			
Recursos de Instituições Financeiras	5.711.955.168		5.711.955.168
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.046.724.256		8.046.724.256
Outros passivos subordinados	250.294.886		250.294.886
Outros Passivos	75.716.311		75.716.311
Total	**14.084.690.619**	**0**	**14.084.690.620**

	31-Dez-13					
	Activos Financeiros detidos p/ negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Activos disponíveis para venda	Outros Activos não financeiros	Total
Activo						
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais			681.149.177			681.149.177
Disponibilidades em OIC's no país			20.989.872			20.989.872
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro			28.867.967			28.867.967
Aplicações em IC			2.021.926.509			2.021.926.509
Crédito a clientes			4.868.630.313			4.868.630.313
Activos Financeiros Detidos para Negociação	2.785.200.140					2.785.200.140
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados			189.106.373			189.106.373
Activos Financeiros disponíveis para venda				1.143.510		1.143.510
Outros Activos			198.057.386		5.714.701	203.772.087
Total	**2.785.200.140**	**0**	**8.008.727.597**	**1.143.510**	**5.714.701**	**10.800.785.948**

	31-Dez-13		
	Outros passivos financeiros	Outros Passivos não financeiros	Total
Passivo			
Recursos de Instituições Financeiras	5.019.692.268		5.019.692.268
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.285.504.353		4.285.504.353
Outros passivos subordinados	1.000.659.146		1.000.659.146
Outros Passivos	87.280.430		87.280.430
Total	**10.393.136.197**	**0**	**10.393.136.197**

NOTA 6 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

A rubrica resume como se segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Caixa	196.813.888	205.622.707
Notas e moedas nacionais	100.980.599	84.896.710
Notas e moedas estrangeiras	95.833.289	120.725.997
Depósitos à ordem no Banco Central	1.019.346.173	475.526.470
Total	**1.216.160.061**	**681.149.177**

O saldo da rubrica Depósitos no Banco Central é constituído por depósitos à ordem em moeda nacional que visam satisfazer as exigências de reservas mínimas de caixa obrigatórias do Banco de Cabo Verde. Estes depósitos não são remunerados.

NOTA 7 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A decomposição da rubrica resulta conforme se segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Disponibilidades em Instituições de Crédito no País	**16.052.279**	**20.989.872**
Cheques a cobrar	16.052.279	20.989.872
Disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito no estrangeiro	**1.184.855.192**	**28.867.967**
Depósitos à ordem, em outras instituições de credito	18.659.036	5.872.969
Cheques a cobrar, em outras instituições de credito	3.286.768	2.785.612
Depósitos à ordem, em sede e sucursais da própria instituição	1.162.909.388	20.209.386
Total Disponibilidades	**1.200.907.471**	**49.857.839**

As disponibilidades sobre outras IC no estrangeiro, representa basicamente os depósitos junto dos nossos correspondentes, a fim de satisfazer as operações relacionadas com transferências, trade finance, cartas de crédito e remessas documentárias.

NOTA 8 – ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação apresentava os seguintes valores:

	31-Dez-14		31-Dez-13	
Títulos	**Capital**	**Juros**	**Capital**	**Juros**
Instrumentos de dívida				
De dívida pública caboverdiana	3.967.204.251	54.339.168	2.747.988.527	37.211.613
Total	**3.967.204.251**	**54.339.168**	**2.747.988.527**	**37.211.613**

A carteira de activos financeiros detidos para negociação a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, é decomposta conforme se segue:

31-Dez-14

	Qt.	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Juros corridos	Justo Valor	Ajustamentos	%
Títulos de Dívida Pública							
Obrigações do Tesouro	3.909.787	3.909.787.000	3.909.787.000	54.339.168	3.967.204.251	57.417.251	87%
Total	**3.909.787**	**3.909.787.000**	**3.909.787.000**	**54.339.168**	**3.967.204.251**	**57.417.251**	**100%**

31-Dez-13

	Qt.	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Juros corridos	Justo Valor	Ajustamentos	%
Títulos de Dívida Pública							
Obrigações do Tesouro	547.675	2.690.233.000	2.690.233.000	37.211.613	2.747.988.527	57.755.527	87%
Total	**547.675**	**2.690.233.000**	**2.690.233.000**	**37.211.613**	**2.747.988.527**	**57.755.527**	**100%**

Tendo em consideração que estes activos financeiros são transaccionados num mercado pouco líquido, o seu justo valor é determinado através de técnicas de valorização definidas internamente, baseadas em modelos de desconto de fluxos de caixa e utilizando informações de mercado para definição do *spread* a utilizar para cada operação (nível 3 de acordo com a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

NOTA 9 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica Activos financeiros disponíveis para venda apresenta a seguinte decomposição:

Participada	Sede	Actividade Económica	Moeda	Capital	% Participação	Valor da Participação em ECV
SWIFT	Belgium	Serviços Financeiros	EUR		0,00%	295.510
NOVAGEST, SA	Cabo Verde	Serviços Financeiros	CVE	8.000.000	10,00%	800.000
ENACOL, SA	Cabo Verde	Comercialização de combustíveis e lubrificantes	CVE	500.000.000	0,00%	48.000
Total						**1.143.510**

NOTA 10 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A decomposição da rubrica aplicações em instituições de crédito encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Aplicações em Instituições de Crédito no país		
No Banco Central	500.000.000	1.158.000.000
Aplicações em Instituições de Crédito no estrangeiro		
Sede e sucursais da própria instituição	2.055.861.000	864.010.800
Juros a receber	**15.095**	**17.639**
Juros com rendimento diferido	**0**	**-101.930**
Total	**2.555.876.095**	**2.021.926.509**

NOTA 11 – CRÉDITO A CLIENTES

A decomposição da rubrica crédito a clientes resume no quadro que se segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Empresas Vincendo:	**3.496.277.497**	**3.499.494.147**
Descoberto em depósitos à ordem	121.375.854	37.997.034
Crédito Automóvel	43.744.910	25.859.505
Conta Corrente Caucionada	393.849.377	624.608.240
Crédito à Construcão	62.859.178	77.035.443
Crédito Modernização e Expansão	0	12.993.507
Crédito Hipotecário	29.567.403	31.662.054
Crédito Médio e Longo Prazo	2.842.798.377	2.686.306.269
Credito Habitação	2.082.399	3.032.095
Particulares Vincendo:	**610.246.525**	**531.078.265**
Descoberto em depósitos à ordem	22.863.820	7.793.803
Crédito Automóvel	30.353.442	36.568.008
Crédito Habitação	339.188.481	310.020.620
Crédito Construção	11.709.954	15.101.670
Crédito Medio e Longo Prazo	48.182.628	36.770.224
Crédito Pessoal	102.275.863	77.629.723
Crédito Hipotecário	15.908.567	16.189.378
Crédito Salário Funcionário	932.753	952.548
Crédito Salário +	33.613.911	30.052.291
Crédito Educação FICASE	5.217.106	0
Empregados Vincendo:	**152.295.160**	**138.041.686**
Descoberto em depósitos à ordem	43	148.445
Crédito Automóvel	5.050.635	3.579.546
Crédito Habitação	132.181.457	116.066.056
Crédito Pessoal	359.773	621.464
Crédito Salário Funcionário	14.703.251	17.395.059
Crédito Salário +	0	231.116

Empresas Vencido:	**181.092.810**	**318.761.468**
Conta Corrente Caucionada	31.050.000	33.550.000
Crédito à Construcão	0	3.676.800
Crédito Turismo e a Restauracão	420.664	420.664
Crédito Médio e Longo Prazo	147.526.865	279.966.610
Crédito automóvel	986.916	315.135
Crédito Habitação	0	647.629
Crédito Hipotecário	1.108.366	184.630
Particulares Vencido	**19.193.354**	**12.522.601**
Crédito Automóvel	515.744	515.744
Conta Corrente Caucionada	0	4.300.000
Crédito Pessoal	1.785.108	1.689.541
Crédito Habitação	14.785.455	4.776.149
Crédito Salário +	2.107.048	1.241.168
Empregados Vencido:	**0**	**5.622**
Crédito Automóvel	0	5.622
Crédito Salário +	0	0
Outros créditos e valores a receber (titulados)	**439.791.478**	**632.889.067**
Sub-Total	**4.898.896.825**	**5.132.792.857**
Juros a receber	**24.870.969**	**29.147.884**
Receitas com rendimento diferido	**-32.547.738**	**-24.187.501**
Imparidade de crédito a clientes	**-226.845.129**	**-269.122.926**
Valor Liquido de Crédito a Clientes	**4.664.374.928**	**4.868.630.315**

A taxa média dos créditos vivos em 31 de Dezembro de 2014 é de 10,43% (10,42% em 2013).

Em 31 de Dezembro de 2014, saldo da imparidade acumulada atingiu o montante de 226.845.129 (duzentos e vinte e seis milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, cento e vinte e nove escudos), o que representa 4,64% do total da carteira de crédito.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores do crédito foram os seguintes:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Saldo inicial	**269.122.926**	**126.733.542**
Dotações	134.278.568	145.329.806
Utilizações	-111.264.449	
Reversões	-65.291.917	-2.940.422
Saldo final	**226.845.129**	**269.122.926**

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outros créditos e valores a receber (titulados) ", inclui o valor de obrigações de empresas nacionais, classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber". Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

	Título	31-Dez-14	31-Dez-13	Maturidade
CVIFHAOM0007	IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	0	51.482.415	05-01-2014
CVIFHCOM0005	IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	32.441.601	0	06-01-2019
CVTIDAOM0005	Tecnicil Indústria, S.A.	0	16.096.854	23-04-2014
CVTECDOM0007	Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	0	165.296.030	16-03-2015
CVCFFAOM0005	CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	162.925.932	158.647.793	31-01-2019
CVSOGAOM0005	Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	233.832.884	228.656.700	18-02-2017
CVLIIAOM0008	Laboratórios INPHARMA – INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, S.A.	10.591.061	12.709.275	24-12-2019
	Total	**439.791.478**	**632.889.067**	

Em 31 de Dezembro de 2014, as obrigações emitidas pela CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A. e pela SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda. encontram-se em incumprimento, com Cupões vencidos desde Janeiro de 2013 e Agosto de 2014 respectivamente.

No exercício de 2014 não foram registadas perdas por imparidade sobre a rubrica de "Outros créditos e valores a receber (titulados) ".

NOTA 12 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ A MATURIDADE

A decomposição da rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-14		31-Dez-13	
Títulos	**Capital**	**Juros**	**Capital**	**Juros**
Instrumentos de dívida				
De dívida pública caboverdiana			188.333.769	772.604
Total	**0**	**0**	**483.204.178**	**1.647.487**

					31-Dez-13	
	Qt.	**Valor Nominal**	**Valor de Aquisição**	**Juros corridos**	**Valor de Balanço**	**%**
Títulos de Dívida Pública						
Bilhetes do Tesouro	190.000	190.000.000	188.333.769	772.604	189.106.373	100%
Total	**190.000**	**190.000.000**	**188.333.769**	**772.604**	**189.106.373**	**100%**

NOTA 13 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

A decomposição da rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Activos não correntes detidos para venda		
Activos tangíveis não correntes detidos para venda		
Imóveis	997.497.085	171494.521
Sub-total	**997.497.085**	**171.494.521**
Imparidade acumulada	-5.148.950,00	-2.985.950
Total	**992.348.135**	**168.508.571**

A rubrica é composta por imóveis recebidos na recuperação de crédito de crédito a clientes. O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante os exercícios de 2014 e 2013 foi como segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Saldo inicial	**171.494.521**	**36.157.950**
Entradas	887.303.709	135.336.571
Vendas	-61301145	
Transferências		
Saldo final	**997.497.085**	**171.494.521**

As principais adições verificadas em 2014 foram as seguintes:

(i) imóveis do empreendimento *Dream Houses* recebidos através de Dação em cumprimento na liquidação do crédito e revogação do contracto de associação em participação com a *Capital Country Club SA,* no montante de 300.201.152$00;
(ii) imóveis recebidos através de Dação em cumprimento na recuperação de créditos concedidos ao Grupo Tecnicil, no montante de 381.542.578$00 e;
(iii) imóveis recebidos através de Dação em cumprimento na recuperação de créditos concedidos à Turinvest Holding, SA, no montante de 144.258.834$00.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade foram os seguintes:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Saldo inicial	**2.985.950**	**2.985.950**
Dotações	2.163.000	0
Utilizações	0	0
Reversões	0	0
Saldo final	**5.148.950**	**2.985.950**

NOTA 14 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

	31-Dez-14	31-Dez-13
Imóveis	**251.562.051**	**251.562.051**
Obras em imóveis arrendados	251.562.051	251.562.051
Equipamento:	**350.342.246**	**359.530.713**
Mobiliário e material	115.300.430	126.478.429
Maquinas e ferramentas	25.867.553	25.634.002
Equipamento informático	92.059.788	91.202.089
Instalações interiores	391.180	391.180
Veículos	54.632.655	54.632.655
Equipamento de segurança	52.885.173	52.879.537
Outro equipamento	6.472.524	6.420.774
Outros activos tangíveis	2.732.943	1.892.047
Activos tangíveis em curso	**6.372.429**	**5.931.260**
Sub-total	**608.276.726**	**617.024.024**
Depreciações Acumuladas	**374.786.282**	**330.617.960**
Total	**233.490.444**	**286.406.064**

A variação da rubrica resulta conforme se segue:

	Imóveis e Equipamento	Activos tangíveis em curso	Total
Custo aquisição			
Saldo a 31/12/2012	**609.302.443**	**4.879.858**	**614.182.301**
Adições	2.263.663	1051402	3.315.065
Abates e/ou Alienações	-473.342		-473.342
Saldo a 31/12/2013	**611.092.764**	**5.931.260**	**617.024.024**
Adições	3.444.587	441169	3.885.756
Abates e/ou Alienações	-12.633.054		-12.633.054
Saldo a 31/12/2014	**601.904.297**	**6.372.429**	**608.276.726**
Depreciações			0
Saldo a 31/12/2012	**258.428.554**	**0**	**258.428.554**
Adições	72.443.858		72.443.858
Abates e/ou Alienações	-254.452		-254.452
Saldo a 31/12/2013	**330.617.960**	**0**	**330.617.960**
Adições	53.252.296		53.252.296
Abates e/ou Alienações	-9.083.974		-9.083.974
Saldo a 31/12/2014	**374.786.282**	**0**	**374.786.282**
Saldo líquido a 31-Dez-2014	**227.118.015**	**6.372.429**	**233.490.444**
Saldo líquido a 31-Dez-2013	**280.474.804**	**5.931.260**	**286.406.064**

NOTA 15 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

	31-Dez-14	31-Dez-13
Sistema tratamento automático de dados	21394.826	21072.826
Activos intangíveis em curso	35.538.943	0
Outros activos intangíveis	4.696.000	4.696.000
Sub-Total	**61629.769**	**25.768.826**
Depreciações Acumuladas	25.831434	25.707.038
Total	**35.798.335**	**61788**

Os movimentos nesta rubrica foram os seguintes:

	Sistema tratamento automático de dados	Activos intangíveis em curso	Outros activos intangíveis	Total
Custo aquisição				
Saldo a 31/12/2012	**21072.826**	**-**	**4.696.000**	**25.768.826**
Adições				-
Saldo a 31/12/2013	**21072.826**	**-**	**4.696.000**	**25.768.826**
Adições	322.000	35.538.943		35.860.943
Saldo a 31/12/2014	**21394.826**	**35.538.943**	**4.696.000**	**61629.769**
Depreciações				-
Saldo a 31/12/2012	**20.613.790**	**-**	**4.696.000**	**25.309.790**
Adições	397.248			397.248
Saldo a 31/12/2013	**21011038**	**-**	**4.696.000**	**25.707.038**
Adições	124.396			124.396
Saldo a 31/12/2014	**21135.434**	**-**	**4.696.000**	**25.831434**
Saldo líquido a 31-Dez-2014	**259.392**	**35.538.943**	**-**	**35.798.335**
Saldo líquido a 31-Dez-2013	**61788**	**-**	**-**	**61788**

As principais adições nesta rubrica estão relacionadas com a implementação de novos sistemas de informação, nomeadamente o *Sistema de Gestão de Cartões* e *Western Union*, visando o incremento das operações comerciais do Banco.

NOTA 16 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

	31-Dez-14	31-Dez-13
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
Investimentos em empreendimentos conjuntos	0	147.351831
Sub-total	**0**	**147.351831**
Imparidade acumulada	0	0
Total	**0**	**147.351831**

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo representava a participação do Banco no empreendimento imobiliário "*Dream Houses*".

No ano 2014 o contrato de associação de participação foi dissolvido e o Banco recebeu as participações em espécie (Imóveis). Os imóveis recebidos ficaram registados na rubrica "Activos Não Correntes Detidos para Venda".

NOTA 17 – ACTIVOS POR IMPOSTOS

	31-Dez-14	31-Dez-13
Activos por impostos correntes:	**8.876.871**	**8.477.975**
Impostos sobre o rendimento a recuperar	8.876.871	8.477.975
Activos por impostos diferidos:	**0**	**0**
Por prejuízos fiscais (Ver Nota 35)	0	0
Total	**8.876.871**	**8.477.975**

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo apresentado na rubrica de Activos por impostos, refere-se a pagamentos por conta do IUR - Imposto Único sobre o Rendimento, a serem deduzidos à colecta a ser apurada nos termos do Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento (Decreto-Lei 1/96).

NOTA 18 – OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS

A decomposição da rubrica Outros Activos encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Outros Activos	**137.821.737**	**146.830.820**
Devedores residentes	132.225.825	142.469.201
Devedores não residentes	3.100.412	1866.119
Devedores aplicações diversas	2.495.500	2.495.500
Outros Rendimentos a Receber	**885.036**	**519.729**
Por linhas de crédito irrevogáveis	50.198	77.664
Outros rendimentos a receber	834.838	442.065
Despesas com encargo diferido	**6.016.337**	**5.714.701**
Seguros	123.767	73.952
Outros	5.892.570	5.640.749
Outras contas de regularização	**62.637.427**	**50.706.837**
Outras operações a regularizar	62.637.427	50.706.837
Sub-Total	**207.360.537**	**203.772.087**
Imparidade de Outros activos	-33.925.242	-16.187.079
Total de Outros Activos	**173.435.295**	**187.585.008**

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo apresentado na rubrica devedores residentes inclui, 125.491.944$00 e 135.938.450$00, respectivamente, referente ao valor das obras realizadas na anterior Sede do Banco, por conta do proprietário do edifício. Com a mudança para a nova Sede, em 2014, é expectativa do Banco recuperar o montante em dívida a curto prazo.

Em 31 de Dezembro de 2014, o montante registado em outras operações a regularizar, diz respeito essencialmente a movimentos que são saldados no ano seguinte, nomeadamente a regularização do *stock* do economato e contas de compensação.

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo da rubrica de Imparidade de Outros Activos ascende a 33.925.242$00, derivado de reforços efectuados no período no montante de 18.243.302$00 e da utilização de 505.139$00 para cobertura de perdas realizadas na rubrica de Devedores residentes.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a decomposição da rubrica Outros Passivos encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Credores e Outros Recursos	**63.831.257**	**73.116.290**
Retenção imposto na fonte	11.860.020	12.110.855
Imposto sobre o valor acrescentado	820.510	1.011.787
Contribuição para a Providência Social	1.858.650	1.634.314
Cobrança por conta de terceiros	87.093	54.703
Fornecedores diversos	6.780.701	9.422.955
Outros credores	42.424.283	48.881.676
Encargos a Pagar	**13.433.078**	**11.990.533**
Por gastos com o pessoal	3.736.949	4.416.222
Por gastos gerais administrativos	9.696.129	7.574.311
Outras Contas de Regularização	**2.050.116**	**2.173.607**
Outras operações a regularizar	2.050.116	2.173.607
Total de Outros Passivos	**79.314.451**	**87.280.430**

A retenção dos impostos a entregar ao Estado, refere-se essencialmente ao imposto sobre rendimentos de trabalho dependente, sobre rendimentos prediais e sobre rendimentos de capitais.

A contribuição para a providência social, corresponde à aplicação de uma taxa de 23% (15% por conta da entidade patronal e 8% da responsabilidade do empregado) sobre as remunerações liquidadas em Dezembro de 2014, a qual deverá ser entregue em Janeiro de 2015.

O saldo apresentado em Fornecedores diversos é resultante de aquisição de bens e serviços, cujas facturas aguardam liquidação, a qual deverá ocorrer nos primeiros meses de 2015.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo apresentado na conta Outros credores, refere-se essencialmente aos pagamentos efectuados pela Casa-Mãe por conta do BAICV e que serão reembolsados subsequentemente.

Os custos a pagar ao pessoal, são acréscimo de gastos com o pessoal, relativamente as férias vencidas e não gozadas em 2014, e que serão regularizadas em 2015.

NOTA 19 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A decomposição desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Recursos de Instituições de Crédito no país	**6**	**0**
Depósitos à ordem	6	0
Recursos de Instituições de Crédito no estrangeiro	**5.691.674.619**	**4.990.444.455**
Depósitos à ordem	281.488.001	273.737.787
Depósitos à prazo	470.314.619	732.334.372
Empréstimos	4.939.872.000	3.984.372.296
Juros a pagar	**20.280.543**	**29.247.812**
Total Recursos de Outras IC's	**5.711.955.168**	**5.019.692.267**

(i) Os depósitos a prazo são constituídos em moeda estrangeira, e a taxa de juro média de remuneração das operações vivas a 31 de Dezembro de 2014 ascende a 7,00% (2013: 6,37%). Os depósitos à ordem não são remunerados.

(ii) Os empréstimos são constituídos em moeda estrangeira, e a taxa de juro média de remuneração das operações vivas a 31 de Dezembro de 2014 ascende a 1,07% (2013: 1,42%).

NOTA 20 – RECURSOS DE CLIENTES

A decomposição da rubrica resume-se no quadro que se segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Recursos do Sector Público Administrativo	**23.609.663**	**5.731.914**
Depósitos à ordem	23.609.663	5.731.914
Recursos de Residentes	**7.470.631.450**	**3.976.937.645**
Depósitos à ordem	4.986.084.022	1.963.708.511
Depósitos a prazo	2.449.612.096	1.966.629.206
Outros recursos de clientes (cheques e ordens a pagar)	34.935.332	46.599.928
Recursos de Emigrantes	**224.564.529**	**158.021.330**
Depósitos à ordem	31.770.630	42.193.477
Depósitos a prazo	192.793.899	115.827.853
Recursos de Não Residentes	**285.927.764**	**121.749.754**
Depósitos à ordem	136.056.635	75.788.291
Depósitos a prazo	149.871.129	45.961.463
Juros a pagar	**41.990.850**	**23.063.710**
Total de Recursos de Clientes	**8.046.724.256**	**4.285.504.353**

Os depósitos a prazo são constituídos em moeda nacional e moeda estrangeira, e a taxa de juro média remuneratória das operações vivas a 31 de Dezembro de 2014 ascende a 3,84% (2013: 3,96%).

NOTA 21 – OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

							31-Dez-14
	Data de emissão	Valor Nominal	Juros	Despesas incrementais	Valor balanço (custo amortizado)	Taxa Juros	Maturidade
Obrigações subordinadas	2010	250.000.000	573.611	-278.725	250.294.886	5,90%	2.016
Total		**250.000.000**	**573.611**	**-278.725**	**250.294.886**		

							31-Dez-13
	Data de emissão	Valor Nominal	Juros	Despesas incrementais	Valor balanço (custo amortizado)	Taxa Juros	Maturidade
Obrigações subordinadas	2010	1.000.000.000	2.294.430	-1635.284	1.000.659.146	5,90%	2.016
Total		**1.000.000.000**	**2.294.430**	**-2.125.623**	**1.000.168.807**		

Os passivos subordinados correspondem ao empréstimo obrigacionista emitido pelo BAICV durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010. No exercício de 2014 o Banco procedeu ao reembolso parcial e antecipado de 75% do empréstimo, nas condições definidas no prospecto de emissão da dívida.

NOTA 22 – CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, existiam os seguintes saldos relativos a contas extra-patrimoniais:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales à residentes	330.567.040	345.144.634
Créditos documentários abertos à residentes	16.521.225	189.330.495
	347.088.265	**534.475.129**
Compromissos perante terceiros		
Linha de crédito irrevogáveis à residentes	415.644.094	264.440.287
	415.644.094	**264.440.287**
Responsabilidades por prestações de serviços		
Depósito e guarda de valores - Títulos desmaterializados	1653.946.081	2.439.731.999
	1.653.946.081	**2.439.731.999**
Garantias Reais		
Activos recebidos em garantias	7.169.700.660	7.518.001.684
	7.169.700.660	**7.518.001.684**
Outras contas extrapatrimoniais		
Juros vencidos	49.027.265	60.205.265
Contas diversas	1.229.610	1.324.962
	50.256.874	**61.530.227**
Total	**9.636.635.974**	**10.818.179.326**

NOTA 23 – EFECTIVOS DE TRABALHADORES

O efectivo de trabalhadores durante os exercícios de 2014 e 2013, distribuído pelas seguintes categoriais profissionais foi o seguinte:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Conselho de Administração	5	5
Direcção	8	9
Secretariado/Enquadramento	2	2
Técnicos	54	54
Outras funções	4	4
Total	**73**	**74**

NOTA 24 – CAPITAL

A estrutura accionista do Banco no final de 2014 e 2013 era a seguinte:

	%	Nº Acções	31-12-2014	31-12-2013
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	80,432	1874.695	1874.695.000	1874.695.000
Sonangol Cabo Verde – Sociedade de Investimentos, S.A.	16,303	380.000	380.000.000	380.000.000
SOGEI – Sociedade de Gestão de Investimentos, SA	3,265	76.100	76.100.000	76.100.000
Total	**100,000**	**2.330.795**	**2.330.795.000**	**2.330.795.000**

Nenhum dos membros dos órgãos sociais detém participação no capital do Banco.

O capital é constituído por 2.330.795 de acções de valor nominal de 1.000$00 (mil escudos cabo-verdianos) cada, totalmente realizado.

NOTA 25 – OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-12-2014	31-12-2013
Outras reservas e resultados transitados	-1328.518.985	-1189.277.882
Total	**-1.328.518.985**	**-1.189.277.882**

A 31 de Dezembro de 2014, o saldo apresentado na rubrica Outras reservas e resultados transitados, no valor de Cve -1.328.518.985 resultam dos resultados negativos transitados dos exercícios anteriores.

NOTA 26 – MARGEM FINANCEIRA

A saldo da Margem Financeira decompõe-se como se segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Juros e Rendimentos Similares	**633.131.686**	**586.668.248**
Disponibilidades em IC's	0	0
Aplicações em IC's	7.377.021	24.548.561
Crédito a clientes	425.189.897	361.098.635
Activos financeiros	200.564.768	201.021.052
Juros e Encargos Similares	**233.461.096**	**230.354.365**
Recursos de IC's	94.985.571	104.834.753
Recursos de clientes	80.680.418	65.831.861
Passivos subordinados	57.783.931	59.483.696
Outros juros e encargos similares	11.176	204.055
Margem Financeira	**399.670.590**	**356.313.883**

NOTA 27 – RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

A rubrica resulta como se segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Rendimentos com serviços e comissões:	**53.360.333**	**52.470.387**
Garantias prestadas	9.493.533	10.498.762
Serviços prestados	26.948.421	26.955.340
Operações realizadas por conta de terceiros	10.035.697	7.253.860
Outras	6.882.682	7.762.425
Encargos com serviços e comissões:	**10.461.500**	**5.622.491**
Instrumentos financeiros	4.634.668	14.051
Serviços bancários prestados por terceiros	115.972	148.978
Por operações realizadas por terceiros	2.710.780	2.309.463
Outras	3.000.080	3.149.999
Comissões liquidas	**42.898.833**	**46.847.896**

NOTA 28 – RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O saldo da rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Ganhos em activos financeiros:	**0**	**55.245.061**
Detidos para negociação	0	45.571.418
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	9.673.643
Perdas em activos financeiros:	**338.275**	**14.282.428**
Detidos para negociação	338.276	8.332.504
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	5.949.924
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor atraves de resultados	**-338.275**	**40.962.633**

NOTA 29 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O saldo da rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Ganhos em operações cambiais:	**364.148.579**	**354.110.154**
Na posição cambial à vista	364.148.579	354.110.154
Perdas em operações cambiais:	**336.300.173**	**333.643.804**
Na posição cambial à vista	336.300.173	333.643.804
Resultados de reavaliação cambial	**27.848.407**	**20.466.350**

NOTA 30 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Ganhos em activos não financeiros:	**18.829.589**	**236.765**
Outros activos tangíveis		236.765
Activos não correntes detidos para venda	1788.283	0
Ganhos na alienação de crédito a clientes	17.041.306	0
Perdas em activos não financeiros:	**446.579**	**4.820.851**
Outros activos tangíveis	446.579	4.820.851
Resultados de alienação de outros activos	**18.383.010**	**-4.584.086**

Os ganhos na alienação de créditos a clientes resultam da regularização de um crédito titulado mediante dação em cumprimento de imóveis, pelo respetivo valor nominal, e correspondem à desvalorização do valor nominal registada pelo Banco em anos anteriores.

NOTA 31 – OUTROS RESULTADOS EXPLORAÇÃO

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Rendimentos de exploração por:	**7.983.640**	**7.553.039**
Ganhos em investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	628.787	5.139.154
Outros	7.354.853	2.413.885
Gastos de exploração por:	**7.403.819**	**1.892.753**
Quotizações e donativos	987.947	340.095
Outros impostos	1.179.486	92.121
Outros	5.236.386	1460.537
Outros resultados de exploração	**579.821**	**5.660.286**

NOTA 32 – CUSTOS COM O PESSOAL

A rubrica resulta conforme se segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Remuneração dos órgãos de gestão	**35.380.420**	**34.502.814**
Remuneração Mensal	29.537.480	28.720.376
Subsídios	5.107.940	5.026.438
Outras remunerações	735.000	756.000
Remuneração dos empregados	**102.901.467**	**105.266.028**
Remuneração mensal	68.545.986	71.134.141
Remunerações adicionais	537.239	355.484
Subsídios	31445.622	32.363.824
Outras remunerações	2.372.620	1412.579
Encargos sociais obrigatórios	**14.339.744**	**13.533.002**
Providência Social	14.186.572	13.366.859
Seguro de acidentes de trabalho	153.172	166.143
Outros custos com pessoal	**2.570.218**	**2.402.224**
Total	**155.191.849**	**155.704.068**

O número efectivo de colaboradores encontra-se discriminado na Nota 23.

Os saldos com os elementos da Administração e Direcção do Banco encontram-se divulgados na Nota 35.

NOTA 33 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

A rubrica decompõe-se conforme se segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Gastos Gerais Administrativos		
Com fornecimentos de terceiros	**29.110.308**	**34.946.407**
Agua, Energia e combustível	21768.428	27.944.564
Impressos e material consumo	5.103.923	5.574.743
Outros fornecimentos (materiais diversos)	2.237.957	1427.100
Com serviços de terceiros	**148.573.679**	**168.827.169**
Rendas e alugueres	75.961420	89.045.389
Comunicação e despesas de expedição	10.544.292	11266.565
Deslocações, estadas e representação	9.308.573	7.658.709
Publicidade e edição	4.175.560	4.865.753
Conservação e reparação	5.921484	7.281464
Transportes	369.952	90.110
Formação de pessoal	29.628	165.000
Seguros	1408.949	1234.082
Serviços especializados	23.159.295	29.212.466
Outros serviços de terceiros	17.694.526	18.007.631
Total	**177.683.987**	**203.773.576**

NOTA 34 – IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os lucros apurados pelo Banco são tributados em Sede do IUR, e incide sobre os rendimentos obtidos, no período da tributação. O pagamento do imposto é efectuado com base na declaração do Mod.1B, e acompanhada da guia GP010, caso haja opção pela autoliquidação.

A declaração de impostos fica sujeita a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 5 anos contado a partir do exercício a que respeitam.

Ao lucro apurado no exercício de 2014, no montante de 13.396.904$00, serão deduzidos os prejuízos fiscais apurados no exercício de 2011, no montante de 309.286.699$00, pelo que não há lugar a pagamento de impostos sobre lucros.

NOTA 35 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas do Banco as seguintes:

Elementos dos Órgãos de Gestão:

Luís Filipe Rodrigues Lélis
Carlos Augusto Bessa Victor Chaves
Carla Monteiro do Rosário
David Luís Dupret Hopffer Almada
Jorge Manuel da Silva e Almeida

Entidades do Grupo BAI:

Banco Angolano de Investimentos, S.A.
Banco BAI Europa, S.A.
Baicenter - Sociedade Unipessoal, S.A.

Outras entidades relacionadas:

Sonangol Cabo Verde, S.A.
SOGEI – Soc Gestao Investimento, S.A.
Banco Sul Atlântico, S.A.

Os saldos, a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, das transacções verificadas com partes relacionadas resumem-se aos seguintes:

	Elementos dos Órgãos de Gestão		Entidades do Grupo BAI		Outras entidades relacionadas	
	31-Dez-14	31-Dez-13	31-Dez-14	31-Dez-13	31-Dez-14	31-Dez-13
Activos						
Disponibilidades em OIC's	0	0	1.162.909.388	20.202.379	0	0
Aplicações em instituições de crédito	0	0	2.055.869.245	864.012.000	0	0
Crédito	0	0	0	0	233.832.884	228.656.700
Outros activos	0	0	6.307.753	226.119	125.491.944	135.938.450
	0	**0**	**3.225.086.386**	**884.440.498**	**359.324.828**	**364.595.150**
Passivos						
Recursos de Outras Instituições de Credito	0	0	5.492.480.265	4.932.946.235	218.452.235	87.747.515
Recursos de Clientes	22.248.625	14.566.229	2.651.905.152	42.597.349	18.938.931	109.156.127
Outros passivos subordinados	1.888.072	7.535.000	109.377.887	436.510.000	65.026.358	260.105.431
Outros passivos	0	0	42.424.283	42.731.676	0	0
	24.136.697	**22.101.229**	**8.296.187.587**	**5.454.785.260**	**302.417.524**	**457.009.074**
Proveitos						
Juros e Rendimentos Similares	706	0	4.832.644	4.710.828	5.091.328	15.273.984
	706	**0**	**4.832.644**	**4.710.828**	**5.091.328**	**15.273.984**
Custos						
Gastos Gerais Administrativos	0	0	0	0	10.446.504	46.428.912
Juros e Encargos Similares	743.600	705.228	119.943.428	130.239.184	55.561	15.311.090
	743.600	**705.228**	**119.943.428**	**130.239.184**	**10.502.065**	**61.740.002**
Extra-patrimoniais						
Títulos depositados	7.323.750	7.575.000	357.413.833	684.796.333	725.970.167	940.352.667
Juros vencidos	0	0	0	0	10.182.656	0
	7.323.750	**7.575.000**	**357.413.833**	**684.796.333**	**736.152.823**	**940.352.667**

NOTA 36 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas do Banco são consolidadas pelo Banco Angolano de Investimentos, S.A., através do método integral. As contas do Banco Angolano de Investimentos, S.A., podem ser obtidas directamente na sua sede na Rua Major Kanhangulo n.º 34, Luanda, Angola.

16. Parecer do Auditor Externo

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ao Conselho de Administração
do Banco Angolano de Investimentos de Cabo Verde, S.A.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Angolano de Investimentos de Cabo Verde, S.A. ("Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, que evidencia um total de mCve. 15.103.955 e um capital próprio de mCve. 1.015.666, incluindo um resultado líquido de mCve. 13.397, as Demonstrações do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Angolano de Investimentos de Cabo Verde, S.A. em 31 de Dezembro de 2014, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respectivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da DTTL e suas firmas membro consulte http://www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

OT

Ênfases

7. Conforme descrito na Nota 8, em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica "Activos financeiros detidos para negociação" inclui Obrigações do Tesouro de Cabo Verde adquiridas ao valor nominal que ascende a mCve. 3.909.787 e que se encontram registadas pelo justo valor, no montante de mCve. 3.967.204, determinado com referência ao final de 2013 com base em modelos internos desenvolvidos pelo Banco. O Conselho de Administração do Banco entende que o registo destes activos é adequado, dada a sua convicção que alienará a curto prazo uma parte significativa das obrigações, por um montante aproximado ao valor de balanço pelo qual se encontram registadas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014.

8. Em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica "Crédito a clientes" inclui obrigações emitidas por duas entidades que se encontram em situação de incumprimento das respectivas condições. Para uma das emissões, em que a dívida ascende a mCve. 233.833, as obrigações estão colaterizadas por hipoteca sobre um empreendimento cuja construção se encontra suspensa, embora segundo avaliação realizada em 2014 o seu valor actual seja superior ao montante global do empréstimo obrigacionista. Na outra situação, em que o montante em dívida ascende a mCve. 162.926, o Banco tem expectativas que os resultados de exploração futuros dessa entidade terão uma melhoria significativa que permitirá a regularização do incumprimento actual, tendo ainda em consideração que se trata de uma entidade maioritariamente detida pelo Estado de Cabo Verde. Face às situações acima descritas a recuperação dos referidos montantes encontra-se dependente da concretização das expectativas do Banco de evolução da situação dos emitentes.

9. Conforme mencionado na Nota 13, em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica "Activos não correntes detidos para venda" inclui um conjunto de imóveis recebidos pelo Banco em dação em cumprimento de créditos vencidos, cujo montante total ascende a mCve. 997.497, incluindo cerca de mCve. 585.000 relativos a terrenos. A valorização destes activos foi determinada tendo em conta avaliações efectuadas por peritos independentes. Não obstante, face à natureza dos imóveis, nomeadamente terrenos para construção, e à situação do mercado imobiliário em Cabo Verde, a realização do valor de balanço dependerá do sucesso dos esforços a desenvolver pelo Banco ao nível da sua comercialização e da evolução do mercado imobiliário em Cabo Verde.

10. A informação financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2013, apresentada para efeitos comparativos, foi objecto de Relatório de Auditoria, datado de 4 de Abril de 2014, o qual incluía uma reserva relacionada com a necessidade de reforço da imparidade de crédito concedido. O impacto dos reforços de imparidade nos resultados do exercício de 2014 foi compensado pelo reconhecimento de proveitos (incluindo anulações de imparidade) na sequência da entrada em carteira de imóveis recebidos em dação em cumprimento de créditos vencidos, os quais fazem parte dos "Activos não correntes detidos para venda" descritos no parágrafo 9 acima.

Lisboa, 20 de Março de 2015

Deloitte

Deloitte & Associados, SROC S.A.

17. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exercício de 2014

Senhores Acionistas,

1. Em cumprimento com os preceitos legais, designadamente ao estipulado no artigo 446º do Código das Empresas Comerciais e as disposições estatutárias do BAICV – Banco Angolano de Investimentos de Cabo Verde, o Conselho Fiscal submete à Assembleia Geral de Acionistas, o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas do BAICV à 31 de Dezembro de 2014.

2. Ao longo deste exercício acompanhamos, com a periodicidade e extensão que consideramos adequadas, a evolução da atividade do Banco, quer através da análise mensal das contas, do *Tableau Bord*, das atas, bem como pelo cumprimento dos preceitos legais e estatutários aplicáveis.

3. Nos termos do Aviso nº 2/95, conjugado com o Aviso nº 5/99, o Conselho Fiscal debruçou-se ainda, sobre o relatório do Sistema de Controlo Interno emanado pelo Conselho de Administração tendo emitido um parecer ao Relatório mencionado.

4. Das reuniões tidas e dos contatos com a Administração e demais estruturas do Banco, recebemos as informações e os esclarecimentos que consideramos necessários, e nada tendo observado em contrário às práticas de gestão geralmente aceites e que pudessem constituir de alguma forma um incumprimento deliberado das disposições legais e estatutárias.

5. Tomamos conhecimento da opinião expressa no Relatório de auditoria externa independente, cujo parecer datado de 20 de Março de 2015, contém quatro ênfases, o qual o Conselho Fiscal recomenda ao Conselho de Administração que continue a dar toda a atenção aos pontos enfatizados no relatório dos auditores externos.

6. No âmbito das nossas funções, o Conselho Fiscal examinou as Demonstrações Financeiras e os respetivos anexos e procedemos a análise do Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual satisfaz no fundamental, os requisitos legais da sua elaboração, conforme artigo 164º do Código das Empresas Comerciais e permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco e que as mesmas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, normas

estabelecidas para o sector e os princípios contabilísticos geralmente aceites, permitindo assim compreender a situação do BAICV.

7. No final do exercício, o BAICV apresentou na Demonstração de Resultados, um Resultado Líquido positivo de 13.397 contos e no Balanço apresentou um total do ativo líquido de 15.103.955 contos, um total do passivo de 14.088.289 contos e os Capitais Próprios de 1.015.666 contos.

8. Os resultados analisados permitem observar a boa gestão económica e financeira do BAICV, pelo que face ao exposto, o Conselho Fiscal propõe que sejam aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas as contas e o Relatório de Gestão de 2014.

9. Finalmente, desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Praia, 26 de Março de 2015

O Conselho Fiscal



António Oliveira



Luis Neves



Margarida Carvalho